



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 563 - DE 22 DE ABRIL A 6 DE MAIO DE 2018 - R\$ 4,00

1º de Maio:

A independência política da classe operária está em sua luta histórica pelo comunismo e pela construção de seu partido.

**Pela libertação imediata de Lula
Somente a classe operária
pode julgá-lo!**



Agrava-se a crise mundial

Organizar a luta anti-imperialista e anticapitalista!

Agravamento da crise mundial

O bombardeio da Síria pela coalizão entre Estados Unidos, Inglaterra e França, em si, não é novidade. Sob o governo de Obama, o imperialismo fez o mesmo. A diferença está em que ocorre em uma situação de crescente conflito dos Estados Unidos com a Rússia. Por baixo das ameaças verbais de uma possível guerra, avançam, de fato, as tendências bélicas. Israel está empenhado em expulsar as forças iranianas e o hezbollah da Síria. Arábia Saudita instiga a derrubada de Al-Assad. A Turquia objetiva esmagar os curdos. Por cima de tudo, a coalizão imperialista intervém para romper a influência da Rússia sobre a Síria. De maneira que a crise que se desenvolve no Oriente Médio indica a possibilidade de uma guerra regional. Neste caso, a repercussão mundial é imponderável. O bombardeio limitado e admitido pela Rússia baixou a pressão do conflito. Mas potencializou a crise em toda a região.

Esse acontecimento é um lado da questão. O outro é o lançamento da guerra comercial pelos Estados Unidos. O rompimento total de Trump com a diretriz do multilateralismo do governo Obama expressa a urgência da maior potência de se impor pela força. Embora o protecionismo tenha sido editado como política geral, o certo é que está dirigido, principalmente, contra a China. Depois dos anúncios bilionários de taxações, os interesses de ambos os lados falaram mais alto e, também nesse caso, a temperatura abaixou. Mas deixou transparecer a persistência da crise de superprodução e os impasses do capital financeiro, monopolista, multinacional. Quer dizer que a retomada do crescimento mundial esbarra nos mesmos obstáculos que levaram à derrocada geral após a debacle nos Estados Unidos em 2008.

Há claras evidências da relação entre a guerra comercial e a rota de colisão militar que se desenvolve no Oriente Médio. Essa rota também se manifesta de forma embrionária na Ásia. O anúncio de que a Coreia do Norte está negociando o seu desarmamento tão somente indica

que as condições para a intervenção norte-americana estiveram próximas. Nenhuma linha de pacificação, porém, evitará o avanço das tendências bélicas na região.

Na América Latina, o imperialismo tem de resolver o seu impasse com o regime chavista. A confirmar as eleições presidenciais e a manutenção de Maduro, os Estados Unidos lançarão uma ofensiva mais violenta. A reunião da

“Cúpula das Américas” concluiu com a promessa de agir unitariamente contra o governo venezuelano. O imperialismo está, em certo sentido, tranquilo com o que se passa no seu quintal. O nacional-reformismo perdeu fôlego. A prisão de Lula e o enfraquecimento do PT fazem balançar definitivamente a balança política para a direita. Estando Brasil e Argentina alinhados com as manobras de Trump, tudo fica mais fácil para o imperialismo.

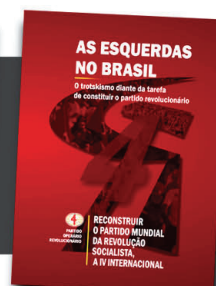
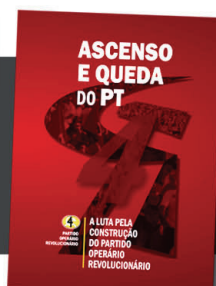
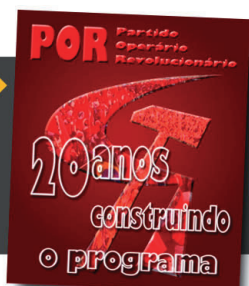
O fundamental para o capital financeiro está em que os governos alinhados estão impondo as reformas antinacionais e antipopulares. O nacional-reformismo se mostrou inca-

paz de defender a independência nacional e organizar a luta anti-imperialista. No Brasil, a ditadura civil de Temer, dentro de alguns meses, dirigirá as eleições presidenciais. Nos meses que faltam, faz o impossível para convencer as forças que participaram do golpe de Estado a apoiarem o plano de privatização e desnacionalização. Crescem as pressões do grande capital para desestatizar o sistema Eletrobras, entregar parte da Petrobras e concluir a negociata da Boeing com a Embraer.

O nacional-reformismo está concentrado em tirar Lula da cadeia e encontrar uma solução que evite um fracasso eleitoral. A esquerda centrista e revisionista não consegue se livrar do peso do petismo. Está voltada à corrida eleitoral. Na contracorrente dos acontecimentos, a vanguarda revolucionária está obrigada a manter no alto as reivindicações dos explorados e o programa da revolução proletária. Partindo da realidade do País, desenvolver o internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

O fundamental para o capital financeiro está em que os governos alinhados estão impondo as reformas antinacionais e antipopulares. O nacional-reformismo se mostrou incapaz de defender a independência nacional e organizar a luta anti-imperialista. No Brasil, a ditadura civil de Temer, dentro de alguns meses, dirigirá as eleições presidenciais.

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS



Descarado entreguismo

No vai e vem da privatização da Eletrobras, avança o entreguismo. Os lobos cercaram a estatal. Não soltam de maneira alguma a presa. São nada mais nada menos que 233 usinas, que abastecem com 31% da energia elétrica o País.

Temer enviou o projeto de lei que privatiza a Eletrobras em janeiro. A pressão sobre a base parlamentar que deu o golpe de Estado, para que o aprove, cresce nesse momento em que os partidos se vêem às portas da corrida eleitoral. A denúncia dos privatistas é que boa parte dos diretores da Eletrobras é de indicações políticas. O complexo sistema elétrico cobre uma extensa área do País e, assim, perpassa vários interesses regionais. O governo tem, portanto, de negociá-los de forma a atender governadores, prefeitos e empresários locais. É bem provável que haja alguma resistência em setores militares.

No passado, a energia foi considerada como estratégica para o desenvolvimento e segurança nacional. A burguesia e os próprios militares, no entanto, foram se livrando do que restava de nacionalismo. A penetração do capital financeiro e multinacional chegou a um ponto que subordinou em grande escala o País ao imperialismo. O governo Collor assentou os primeiros pilares da ponte que leva à ampla privatização. Fernando Henrique pavimentou o caminho. Lula e Dilma retardaram a marcha, sem contê-la. E Temer a retomou vorazmente.

Por enquanto, as subsidiárias Itaipu e Eletronuclear ficarão de fora. A primeira porque depende de negociações com o governo paraguaio; e a segunda porque envolve a energia nuclear. É bem provável que a Eletronuclear não entrou no leilão porque os militares a utilizaram como meio de negociação. É questão de tempo, porém.

A burguesia brasileira e suas instituições se tornaram completamente antinacionais. Acomodaram ao servilismo antipátria. A entrega da Embraer à Boeing é mais um escandaloso capítulo da desnacionalização. A notícia – os brasileiros ficam sabendo das entregas já como notícia passada – é que as negociatas em torno à posse da Embraer pela Boeing estão quase concluídas, faltando “detalhes”. Entre eles, está o pleito dos militares de ter um representante do Brasil no conselho da “nova” empresa. O imperialismo resiste. É bem possível que os entreguistas não consigam sequer dar aparência de que também decidem sobre o rumo da indústria de aviação no Brasil.

A Embraer nasceu como estatal, em 1969, sob auspício das Forças Armadas, embora de economia mista. Saltou da produção de pequenos aviões comerciais para aeronaves

militares. Constituiu tecnologia própria, mas sempre esteve sob alguma influência externa. Os Estados Unidos nunca deixaram de ter ascendência sobre a Embraer, ao ponto de vetar a venda de aeronaves militares à Venezuela. Era questão de tempo para que a indústria aeroespacial brasileira, concebida pelos militares que ainda sonhavam com a soberania nacional, fosse engolida pela multinacional norte-americana.

O primeiro passo foi a privatização, sob o comando do Banco Bozano, Simonsen, no final de 1994. No acordo, o governo brasileiro continuou a ter poder sobre a administração da empresa (sistema golden share). O segundo, agora, foi a entrega total ao imperialismo, que não permite que as nações semicoloniais alcancem capacidade própria de defesa militar.

Não é preciso comentar o desmonte da Petrobras e a desnacionalização das riquezas minerais. O entreguismo dos vendepátria é descarado e total.

A bandeira da independência nacional, como se vê, passou inteiramente para as mãos do proletariado. Somente não estamos em luta aberta contra a burguesia entreguista e pé de guerra com o imperialismo porque o proletariado se acha desorganizado e submetido pelos reformistas venais e pelos burocratas sindicais capachos das multinacionais.

A ausência do partido revolucionário no seio da classe

A bandeira da independência nacional, como se vê, passou inteiramente para as mãos do proletariado. Somente não estamos em luta aberta contra a burguesia entreguista e pé de guerra com o imperialismo porque o proletariado se acha desorganizado e submetido pelos reformistas venais e pelos burocratas sindicais capachos das multinacionais.

A ausência do partido revolucionário no seio da classe operária expressa o atraso político e organizativo do proletariado. A ditadura civil de Temer pode, assim, lançar o País a mais uma onda de privatizações entreguistas sem ter de enfrentar qualquer resistência.

operária expressa o atraso político e organizativo do proletariado. A ditadura civil de Temer pode, assim, lançar o País a mais uma onda de privatizações entreguistas sem ter de enfrentar qualquer resistência. O partido operário revolucionário, ainda embrionário, se insurge contra os vendilhões da pátria oprimida com a bandeira da independência nacional e com o chamado a pôr em pé uma frente única anti-imperialista. Não à entrega da Embraer ao imperialismo! Reestatização sob o controle operário da produção! Operários, camponeses e juventude oprimida, acordemos e levantemos uma só força contra a burguesia e a ditadura civil entreguista!

Pela imediata libertação de Lula

A prisão de Lula, no dia 7 de abril, repercutiu mundialmente, em particular na América Latina. Governos, partidos, sindicatos e movimentos tiveram de se pronunciar. Isso porque Lula – ex-metalúrgico, dirigente das greves de 1979/1980, ex-preso da ditadura militar, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidente da República – foi condenado por corrupção. Assim, seus direitos políticos serão cassados. Não poderá se candidatar nas eleições presidenciais de outubro deste ano. Ocorre que Lula conta com 35% da intenção de voto dos potenciais eleitores. Os demais pré-candidatos dos partidos burgueses sofrem grande rejeição. E a esquerda reformista pequeno-burguesa, representada pelo PSOL, não tem como substituir o PT. Seu candidato, Guilherme Boulos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores dos Sem-Teto (MTST), por sua vez, está longe de se tornar um caudilho à altura de Lula. O fato é que a prisão de Lula resulta em uma séria derrota dos nacional-reformistas.

Apesar dos protestos organizados pelo PT, pela Frente Brasil Popular, Central Única dos Trabalhadores, MST e MTST, Lula se entregou à Polícia Federal, no dia seguinte à ordem de detenção expedida pelo juiz Sérgio Moro. O limitado movimento de resistência correspondeu à previsão das autoridades de que não ocorreria uma convulsão social, como tinham prometido parlamentares do PT, lideranças da CUT e do MST. A militância, que ocupou o Sindicato Metalúrgico do ABC e que pretendia oferecer resistência, nada pôde fazer diante da decisão de Lula de acatar o

o PT e Lula acatavam a prisão, valendo-se apenas da propaganda democrática e de atos eleitorais; ou a rejeitavam, recorrendo à mobilização da classe operária, dos camponeses e das camadas mais oprimidas da pequena-burguesia. Forçosamente, teria de prevalecer a primeira possibilidade. Assim se passou. O PT e Lula não iriam se rebelar contra o Estado burguês. São defensores e parte da democracia oligárquica. Mas há outro motivo: uma parcela da classe operária foi convencida de que Lula cometeu os crimes pelos quais foi condenado. A ampla e persistente propaganda veiculada pelos meios de comunicação monopolistas conseguiram penetrar no seio dos explorados. No centro operário do País, ABC paulista, não houve comoção entre os trabalhadores. A marcha de um contingente de operários da Volks, dirigindo-se ao sindicato dos metalúrgicos do ABC, no dia 6, se limitou a seguir a orientação de Lula de que a sua entrega era o melhor que se tinha a fazer. Não se viu nenhum esforço da direção sindical de organizar uma greve de resistência, que, se ocorresse, poderia imprimir um conteúdo de classe à resistência. Repetimos: a diretriz de Lula era a de não recorrer à luta de classes. Uma greve desencadeada pelo proletariado levaria os explorados a se chocarem com os aparatos jurídico, policial e político do Estado. Os bloqueios do MST e MTST não atingem diretamente a produção, embora provoquem alvoroço nas hostes da reação. A vigília montada em frente à Polícia Federal em Curitiba e atos políticos ajudam a manter viva a denúncia e a campanha pela libertação de Lula. Mas não

O PT e Lula não iriam se rebelar contra o Estado burguês. São defensores e parte da democracia oligárquica. Mas há outro motivo: uma parcela da classe operária foi convencida de que Lula cometeu os crimes pelos quais foi condenado. A ampla e persistente propaganda veiculada pelos meios de comunicação monopolistas conseguiram penetrar no seio dos explorados.

mandado de prisão, ainda que ultrapassando o prazo estipulado pelo juiz Moro. O certo é que o PT e aliados não organizaram a resistência. Depositaram confiança nos recursos ao Judiciário, quando este já havia demonstrado que estava pela prisão de Lula, como se evidenciou na sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), que votou contra o pedido de habeas corpus.

A adaptação do PT e de Lula ao aparato de Estado e à democracia burguesa oligárquica prevaleceu. Os profundos laços do petismo com o parlamento, com as eleições e com a administração do capitalismo não permitiriam que Lula descumprisse a ordem judicial. No entanto, há outro lado da questão. Os petistas se mostraram contrários à luta contra as tendências antidemocráticas e autoritárias da burguesia por meio da luta de classes. Somente os bloqueios de estradas pelo MST indicaram o caminho da ação direta. Estando isolados – sem a intervenção da classe operária –, ficaram subordinados aos comícios eleitorais do PT. O ato ecumênico-eleitoral e o discurso de Lula justificando sua entrega, na manhã do dia 7, retrataram a diretriz institucional, que predominou em todo o percurso político-judicial que, finalmente, resultou na prisão do ex-presidente.

Os acontecimentos evidenciaram que havia dois caminhos: ou

têm como se potenciar sem uma ofensiva que parta da mobilização da classe operária. De forma que o destino de Lula depende da Justiça burguesa, das suas divisões internas, da capacidade dos responsáveis pela Operação Lava Jato de atingirem o MDB, PSDB, da articulação das frações oligárquicas em defender seus politikeiros, do resultado das eleições de outubro e, em última instância, da própria necessidade dos capitalistas em manter em pé a política de conciliação de classes, encarnada pela socialdemocracia petista, tipicamente aclimatada ao país semicolonial.

Está claro que a prisão de Lula e a sua defesa pesam por inteiro nos ombros do próprio PT, dos dirigentes da CUT e do MST. A vanguarda revolucionária, não obstante, está obrigada a rechaçar a condenação e a prisão de Lula, sem que se confunda com a política do PT, sem que se reivindique da história do petismo, sem que se coloque na sombra do caudilho Lula e sem que se guie pelas manobras da burocracia sindical cutista, etc.

Motivo fundamental que justifica a defesa de Lula: sua prisão é um capítulo conclusivo do golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. A burguesia – guiada pelo capital financeiro, por intermédio dos seus partidos orgânicos, do Congresso Nacional, do Judiciário, da Polícia Federal, das associações empresariais, das organizações financiadas (Vem pra Rua, etc.) e da imprensa monopolista – pôs de lado a democracia eleitoral e assumiu a via antidemocrática, autoritária, judicial e policial, para triturar o PT.

A corrupção é inerente ao Estado e à política burguesa. Não era possível isentar o PT e seus governos dessa maldição. Não por

acaso, a Operação Lava Jato foi obrigada a expor também o envolvimento do MDB, PSDB e outros com as negociatas de grupos capitalistas. Não temos dúvidas que se apresentou tão somente a ponta do iceberg. Nenhuma investigação pode ir até o fim do encadeamento da corrupção, uma vez que exporia as suas raízes de classe, portanto, burguesas. A caça ao PT, daí a seletividade dos processos, não se assenta propriamente na execração da venalidade, mas sim na ação política voltada à execração do PT e de Lula. A enorme popularidade do caudilho petista, mesmo depois da gigantesca campanha de denúncia, indica que as massas não concluíram suas experiências políticas. Lula terminou seu segundo mandato com uma aprovação de mais de 80% da população. Indicou Dilma como sua sucessora, o que possibilitou que fosse eleita. Mas essa peripécia transcorreu em um momento econômico favorável. A volta dos empregos, os reajustes do salário-mínimo acima da inflação e os programas sociais (Bolsa Família, ProUni, etc.) deram a Lula uma fisionomia distinta dos demais governos burgueses. Deixou a presidência da República com uma herança capaz de mantê-lo como forte adversário eleitoral.

O governo de Dilma naufragou diante da turbulência econômica e da impossibilidade de atender às exigências do capital financeiro. A Operação Lava Jato se ergueu como continuidade do processo do “mensalão”, que levou à condenação de destacados fundadores do PT e apontou o dedo contra Lula. A frente golpista jogou a classe média contra o governo de Dilma. O movimento do impeachment potenciou as tendências antidemocráticas e autoritárias da burguesia. A democracia do pós-ditadura militar mostrou-se profundamente oligárquica. Em suas entranhas, gestou-se o golpe de Estado, conservando a aparência constitucional. Instalou-se no País uma ditadura civil, que passou a impor as reformas antinacionais e antipopulares.

As denúncias de corrupção contra o governo usurpador de Michel Temer se deram com a divulgação de provas incontestáveis. Nelas, esteve envolvido o senador e ex-presidente do PSDB, Aécio Neves. A Câmara dos Deputados votou contra a denúncia a Temer e o STF manteve Aécio em liberdade e com seus direitos políticos assegurados. Nessas condições, Lula é preso. Distintamente, o STF se submeteu às pressões dos militares e da imprensa monopolista, autorizando que o juiz Moro expedisse a ordem de prisão. Há uma ampla unidade burguesa em torno à posição de que o PT não pode voltar ao poder. A possibilidade estava na candidatura de Lula. A cassação de seus direitos políticos foi, definitivamente, decidida com a sua prisão. De nada adiantou os advogados mostrarem que o processo do Triplex não continha provas materiais. A decisão política já havia sido tomada pela força tarefa da Operação Lava Jato. Era visível que a conclusão era

essa, mas o PT depositou todas as esperanças nas divisões entre os ministros do STF, no envolvimento de Temer e da camarilha do MDB nos escândalos da JBS e no desenvolvimento da crise política. Alimenta, ainda, uma fresta de esperança na mudança de parecer do STF negando a possibilidade da segunda instância efetuar a prisão, sem que se cumpra o trânsito em julgado, como dita a Constituição.

Tudo indica, porém, que Lula não sairá tão logo da prisão e terá seus direitos políticos cassados. Os partidos da frente golpista já não se veem na obrigação de se manterem soldados ao governo Temer. Negaram-lhe a reforma da Previdência e se lançaram a instituir suas pré-candidaturas. A onda eleitoral tende a crescer. O PT e seus aliados de esquerda já estão sendo empurrados por suas vagas. Quanto mais se envolverem no eleitoralismo, mais distante ficará a campanha pela libertação de Lula. Os explorados passam a sofrer uma brutal pressão do aparato burguês, no sentido de colocar suas necessidades nas mãos deste ou daquele candidato e de descarregar seu descontentamento na disputa eleitoral interburguesa. Contrariamente, somente tem sentido lutar pelo fim da prisão de Lula e por seus direitos políticos partindo das reivindicações que mobilizaram os explorados e a juventude oprimida contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer.

A bandeira de uma frente de esquerda para combater as tendências fascistas nasceu comprometida pela corrida eleitoral. Por essa via, não tem futuro. Não servirá à luta contra as tendências antidemocráticas e autoritárias que estiveram na base do golpe de Estado e na prisão de Lula. O proselitismo esquerdista em torno às caravanas para tirar Lula da prisão se desfaz diante do aparato de repressão do Estado, que, em qualquer circunstância, estará a serviço da burguesia. No momento, a ordem do capital financeiro é de que as eleições devem ser bem controladas, o PT deve ser anulado e o novo governo, seguir os passos da ditadura civil de Temer.

Somente o proletariado pode enfrentar as tendências ditatoriais da burguesia, de seus partidos e das instituições capitalistas. Para isso, é preciso que se rompa a camisa de força da política de conciliação de classes do PT, que continuou vigorando mesmo sob os ataques dos exploradores e opressores do povo. É sob essa linha que o Partido Operário Revolucionário luta sob a bandeira de libertação de Lula e de garantia de seus direitos políticos.

***Abaixo a prisão de Lula!
Por um Tribunal Popular para investigar,
julgar e punir os crimes da burguesia!***

12 de abril de 2018

LANÇAMENTO DO NOVO LIVRO PUBLICADO PELO POR

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL — DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$ 35

**EM ABRIL
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

| Pelas liberdades democráticas

O acampamento “Lula Livre”, em frente à Polícia Federal de Curitiba, foi obrigado a se mudar de lugar, caso contrário seria responsabilizado com a multa de R\$ 500 mil diários. Na volta de uma manifestação, na noite do dia 17 de abril, os defensores da libertação de Lula foram atacados por um grupo armado de barras de ferro e paus. Identificaram como membros da torcida organizada do Coritiba. Houve feridos que tiveram de receber assistência hospitalar.

Lembremos que, pouco antes da prisão do ex-presidente, a sua caravana que percorria os estados do Sul foi agredida por grupos de fazendeiros e da pequena burguesia reacionária. No estado do Paraná, a caravana foi recebida a tiros. Em São Paulo, o judiciário acatou o pedido da Auto Raposo Tavares de proibir o bloqueio de estradas um dia antes da prisão de Lula. Nesse mesmo sentido, a justiça decidir em favor da Auto Vias S/A, ViaOeste e Rodoanel para que polícia impedisse as manifestações, convocadas pelo MST.

Acrescentemos ainda o assassinato da ativista Marielle e, agora mais recentemente, em 11 de abril, o assassinato do sindicalista baiano, Antônio Carlos (Cacau), ambos do PSOL. A senadora e presidente do PT, Gleisi Hoffmann, poderá ser indiciada pela Procuradoria Geral da República pelo simples fato de ter denunciado à TV Al-Jazira a prisão de Lula por motivação política e pedir que os árabes façam a sua defesa. Os direitistas, o deputado Major Olimpio e a senadora Ana Amélia, exigiram punição à petista. Ana Amélia, do PP-Rio Grande do Sul, foi um pontal, no senado, da frente golpista que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Agora, acusa Gleisi de ter violado a Lei de Segurança Nacional, sob a justificativa de a petista ter cometido “atos de hostilidade” ao Brasil. Com maior desenvoltura, associou o pedido de apoio feito a Al-Jazira ao “exército islâmico”. O senador José Medeiros, PSD-Mato Grosso, disse na tribuna que “espera que o PT não queira transformar um País pacífico em

zona de guerra”. Certamente, são discursos ignorantes que beiram o delírio, que expressam o ódio reacionário ao reformismo petista.

O juiz Sérgio Moro impediu, no dia 10 de abril, que uma comissão interpartidária de senadores e governadores visitasse Lula. A polícia teve a petulância de declarar à imprensa que: “Não há possibilidade de um prédio da polícia virar uma espécie de comitê político partidário...”.

Não se pode desconhecer que, de janeiro a março, foram assassinados Márcio Matos, dirigente do MST, em Vitória da Conquista/Bahia; Valdemir Resplandes, dirigente do MST, no Pará; e os líderes comunitários, Leandro Altemir Ribeiro, Porto Alegre; Carlos Antônio dos Santos, Mato Grosso; George de Andrade d Lima Rodrigues, Recife; e Paulo Sérgio Almeida, Pará. São, nada mais, nada menos, do que seis assassinados por motivos sociais e políticos. Somente em 2017, foram assassinados 70 camponeses. Parte deles foi por meio de chacinas, como a de Pau D’Arco no Pará, Colniza no Mato Grosso, na Bahia e Rondônia. O que expressa o agravamento da luta de classes, sob o governo golpista de Temer.

Esse conjunto de acontecimentos confirma o fortalecimento das tendências ditatoriais da burguesia, que tomaram a forma do golpe de Estado e constituição da ditadura civil de Temer. Nestas condições, a adaptação do PT, de seus aliados e do PSOL ao democratismo se torna um obstáculo para organizar o combate das massas em defesa das liberdades democráticas e formação dos comitês de autodefesa. A campanha contra a prisão de Lula somente tem sentido se for para levantar os explorados contra as tendências ditatoriais e reacionárias encabeçadas pelo grande capital. Ou a classe operária sai em luta, ou, então, a camada conservadora e reacionária da pequena burguesia continuará avançando, impulsionada pela direita fascizante.

Paraná

1º de Maio unificado em Curitiba

A CUT informou que as centrais sindicais – CSB, CTB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT – realizarão “um 1º de Maio unificado em Curitiba, Paraná, pedindo a liberdade do ex-presidente Lula”. Ressalta que “pela primeira vez desde a redemocratização do Brasil” se torna possível a unificação. As direções sindicais defenderam em uma só voz a libertação de Lula. Esse propósito deverá ser apoiado, independente e à margem dos argumentos que ressalta o pseudo reformismo da gestão de Lula à frente da presidência da República.

Defendemos no seio dos explorados que a campanha pela libertação de Lula é parte do combate às tendências autoritárias, ditatoriais e fascizantes da burguesia. Lula deve ser libertado não porque serviu aos trabalhadores, como dizem os burocratas das centrais que decidiram unificar o 1º de Maio em Curitiba.

O golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff, a constituição da ditadura civil de Temer e a prisão de Lula fazem parte do mesmo processo que deve ser enfrentado de conjunto pela classe operária. A burguesia, o Congresso Nacional, a frente partidária golpista, o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e os generais das Forças Armadas estão unidos para impedir que Lula dispute as eleições e ameace o continuísmo golpista. Valem-se dos métodos judiciais e policiais para cassar seus direitos políticos. É contra essa política e esses métodos reacionários, ditatoriais, que os explorados e sua vanguarda têm de se confrontar. Essa linha de defesa de Lula está em contraposição à linha do PT, da CUT e das demais centrais sindicais.

É claro que os burocratas estatizantes do movimento sindical devem muito a Lula pelo fato dele, na condição da

presidente da República, ter favorecido o divisionismo e a legalização das inúmeras centrais sindicais, voltadas a se apropriarem do milionário imposto sindical. Não custa nada aos burocratas, colaboracionistas e defensores do capitalismo, justificar a sua unificação sob o argumento de que Lula desenvolveu “*políticas de inclusão e distribuição de renda*”, bem como “*garantiu o desenvolvimento e a soberania nacional*”. Ou, então, que sua “*política de valorização do salário mínimo resgatou milhões de pessoas da pobreza*”.

Os burocratas não dizem o quanto Lula favoreceu os banqueiros, os parasitas da dívida pública, as multinacionais e os agroindustriais. Não dizem também uma só palavra sobre a reforma da Previdência que atingiu o funcionalismo público. Não cumpriu a promessa de dobrar o valor do salário mínimo. E aos miseráveis não foram garantidas as três refeições ao dia. A polarização entre a riqueza concentrada, de um lado, e a pobreza e miséria, de outro, ficou intacta. O que Lula fez, diferente do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi ampliar a margem do assistencialismo e recuperar parcamente o valor do salário mínimo, que se manteve dentro do padrão do salário mínimo de fome. Os burocratas sindicais ocultam que Lula realizou um governo burguês, e não poderia ser de outra maneira, uma vez que, por meio de eleições, não se instala um governo em favor dos explorados.

Os trabalhadores e sua vanguarda, assim, devem lutar pela libertação de Lula não pelos argumentos mentirosos dos burocratas, mas tão somente porque está sendo vítima de uma sagaz perseguição política. Também rechaçamos aqueles que justificam a condenação de Lula pelo fato deste ter realizado um governo burguês. Em meio a esse emaranhado de justificativas, é preciso evidenciar que somente a classe operária pode julgar Lula e todos os crimes da burguesia por meio de um Tribunal Popular.

Não temos dúvidas de que esse 1º de Maio unificado não dará de fato um passo à frente na organização independente da classe operária. Lembramos que, no dia 28 de abril de 2017, a classe operária e setores assalariados da pequena burguesia se ergueram na greve geral contra o governo Temer e as reformas trabalhista e previdenciária. Dois dias depois, as centrais realizaram um 1º de Maio completamente fragmentado e festivo. Logo após, passaram a desativar o movimento nacional grevista. Não será se unindo hipocritamente em defesa da libertação de Lula que a burocracia combaterá as reais tendências autoritárias da burguesia e de seu governo.

A vanguarda revolucionária tem a obrigação de participar do ato unificado com uma convocação e resposta próprias pela libertação de Lula e pela derrubada das reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer.

Rio Grande do Norte

Organização do 1º de Maio em Mossoró: festividades e divisão

O POR participou de duas reuniões de organização do 1º de maio, em Mossoró. As duas reuniões foram marcadas por propostas festivas e pelo divisionismo sindical.

As organizações da Frente Popular, predominantemente militantes do PT, trouxeram a proposta de uma feijoada na sede do Sinte (sindicato dos trabalhadores em educação), com apresentação de artistas da cidade. Nem sequer referiram-se à luta pela libertação de Lula.

Os integrantes da Pastoral Operária fizeram uma crítica, afirmando que o movimento sindical (estava se referindo aos petistas) havia abandonado o 1º de Maio e que, agora, estava retomando em função da prisão de Lula. Os militantes da Pastoral Operária defenderam um 1º de Maio de luta e classista, porém, ainda, com traços distraçionistas, ao proporem um café da manhã em uma comunidade carente, Nova Vida, seguido de uma celebração religiosa.

Coube ao PCdoB defender que o foco do 1º de Maio estivesse sob a bandeira de “Lula livre”, acompanhada da luta contra a reforma trabalhista e previdenciária. Concluiu tentando conciliar os dois grupos com a proposta de manutenção de suas atividades separadas no 1º de Maio e realização de um ato público em conjunto no dia 30 de abril.

O POR defendeu um 1º de Maio de luta e classista. Isso significa baseado nas reivindicações imediatas dos explorados por emprego, salário e direitos trabalhistas. E que a luta pela libertação de Lula estivesse vinculada às reivindicações dos explorados e ao combate às reformas trabalhista

e previdenciária. Na luta por suas reivindicações é que os explorados terão melhores condições de entender a relação entre a quebra de direitos e o golpe de Estado, que concluiu com a prisão de Lula. Será pelas reivindicações mais sentidas que a maioria oprimida compreenderá a importância de combater as medidas autoritárias impostas pela ditadura civil do governo Temer.

R\$5

A mulher na luta revolucionária pelo socialismo

Vladimir Ilich Lênin

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário

MASSAS

Repercussão internacional da prisão de Lula

Lula foi um expoente do nacional-reformismo na América Latina. Elevou-se ao comando do Estado burguês na situação em que se projetava uma alta econômica, as massas avançavam a luta de classes e os partidos da ordem burguesa eram repudiados eleitoralmente pela população pobre. Certamente, a ascensão do caudilho esteve marcada por choques interburgueses e resistência do imperialismo. Mas, ao garantir o bloqueio ao impulso das massas, mostrou-se adaptado ao capitalismo.

Colocadas as tendências de desagregação econômica, o imperialismo e o capital financeiro nacional passaram a promover a volta da reação ao poder do Estado. Tratava-se, agora, da retomada dos lucros capitalistas na base da destruição de direitos, conquistas e das reformas trabalhistas e sociais. O que obrigou a burguesia, onde as condições não permitiram retirar esses governos pela via eleitoral, a recorrer ao golpe de Estado (Honduras, Paraguai e Brasil).

O golpe de Estado e a constituição da ditadura civil concluem com a prisão de Lula e a cassação de seus direitos políticos, condicionando o processo eleitoral de outubro. O objetivo é o de impedir o nacional-reformismo de retomar o comando do Estado e transformar o PT em um eunuco da política burguesa.

Fizemos essa síntese para melhor compreender as colocações da imprensa internacional e as avaliações de lideranças, correntes e partidos que aqui destacamos. Ou, mais precisamente: para determinar o conteúdo de classe que essas posições expressam.

Para a imprensa imperialista, o judiciário no Brasil se firmou como contrapeso à corrupção e Sérgio Moro, campeão da luta pela moralização da política. A prisão de Lula expressaria, assim, um avanço da democracia e da governabilidade. É o que se desprende das afirmações do jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, quando diz que “a decisão do STF de negar o habeas corpus preventivo a Lula foi um sinal positivo” e “um ponto de virada” na democracia de América Latina.

No entanto, a popularidade e o fato do caudilho petista mobilizar grandes setores do eleitorado constituem um obstáculo a ser superado. Eis por que *The New York Times* (EUA) disse que o problema está em que a prisão se realiza enquanto Lula ainda é popular, o que dava “uma medida de imprevisibilidade ao país” nas próximas eleições. E para *The Economist* (Inglaterra), se bem que a prisão fosse o “resultado dos atos de corrupção de Lula”, não significava o fim de sua carreira política. Evidentemente, esse órgão do imperialismo deixou transparecer que a burguesia brasileira não pode desconsiderar a importância de Lula para uma situação em que se exige a política de conciliação de classes.



O golpe de Estado e a constituição da ditadura civil concluem com a prisão de Lula e a cassação de seus direitos políticos, condicionando o processo eleitoral de outubro. O objetivo é o de impedir o nacional-reformismo de retomar o comando do Estado e transformar o PT em um eunuco da política burguesa.

Diante do claro objetivo de impossibilitar a candidatura de Lula, a burguesia procurou demonstrar que a sua prisão correspondeu aos fundamentos do “Estado de direito” e da “divisão republicana de poderes”. De forma que o objetivo não seria cassar o direito político de Lula de forma seletiva, mas de limpar a política de corruptos. É o que o jornal inglês *The Independent* destaca, quando diz que a aplicação da lei da “Ficha Limpa” tornará as “eleições livres de corruptos”. O jornal *Handelsblatt*, da Alemanha, afirmou ainda que “a campanha anti-corrupção pode finalmente ser bem-sucedida” no Brasil. Como se vê, é do interesse do imperialismo incentivar a ilusão de que de fato a Operação Lava Jato caminha por erradicar a podridão no seio do Estado.

O certo é que a burguesia se viu diante da necessidade de desmontar o petismo e avançar a centralização autoritária do Estado, visando a destruir conquistas e direitos dos explorados. A política de conciliação de classe serve a uma situação, porém, não serve a outra, quando é preciso mudar os métodos e os meios de governar. É o que assinala a *Rádio França Internacional* (RFI), quando afir-

ma que a prisão do petista é um “golpe de graça para a esquerda latino-americana”. E conclui que é parte do processo de “mudanças”, que resultaram o declínio de Fidel Castro, do “fracasso de Chávez e Maduro” e da derrota eleitoral de Cristina Kirchner.

Por sua vez, a imprensa socialdemocrata acusou a alta burocracia do Estado e os partidos da ordem de “seletividade” política e de pôr em perigo a democracia. É o que se nota no *Die Tageszeitung*, quando afirma que sempre se falou da corrupção no Brasil, mas “só depois de 2003 (...) é que, de repente, houve investigações”. Moro se constitui, para o jornal, no “grande herói do movimento de direita” e “conduz de forma dirigida processos contra políticos do PT”. Assim, “Enquanto muitos petistas estão atrás das grades, nenhum processo de corrupção contra os inúmeros políticos suspeitos do PSDB terminou na cadeia”. *Der Spiegel* assinala que a decisão do STF, sob a pressão dos militares, foi um “ato de covardia”. E que “o vácuo de poder é preenchido pelos juizes e generais que extrapolam seu papel”. *The Progressive Alliance* (Aliança Progressista), organização da socialdemocracia europeia, destacou especialmente que se negou “o legítimo direito de defesa” a Lula e que as pressões de militares são uma “ameaça à ordem democrática”.

Evo Morales indicou que as elites querem “encarcerar um homem inocente”. Rafael Correa, disse que as provas contra Lula “são insuficientes”. Cristina Kirchner afirmou que às elites “nunca lhes interessou nem a justiça, nem a democracia”. Para os nacional-reformistas, as oligarquias utilizaram “o aparelho do judiciário” para impedir politicamente Lula e armaram uma “perseguição da direita” e parte dos

“ataques das elites” contra as “políticas progressistas”. Felipe González, ex-presidente da Espanha, disse que a ausência do petista nas eleições “é um problema para a democracia” e que, enquanto não existir sentença firme, Lula “deveria poder ser candidato à presidência de Brasil”. The Progressive Alliance agregou a essas considerações que o “PT, no Brasil, e o CNA, na África do Sul”, foram “executores de um projeto histórico de transferência de privilégios tradicionais de uma pequena casta de ricos para uma ampla massa de pobres”.

Essa colocação procura demonstrar que a cassação dos direitos políticos do petista fará retroceder as reformas conquistadas nas últimas décadas. Não por acaso, as FARC rejeitaram as *“práticas questionáveis juridicamente”* para fechar o caminho ao adversário político das elites brasileiras, e exigiram *“garantias de verdadeira justiça (...) cumprimento do devido processo e respeito à presunção de inocência”*. Enquanto o Granma, jornal do governo cubano, disse que o *“crime de Lula” foi “vencer em 2002 as eleições presidenciais”, “tirar da pobreza mais de 30 milhões de brasileiros” e “estabilizar a economia nacional, e pagar toda a dívida de sua nação com o Fundo Monetário Internacional”*. E, particularmente, de *“se tornar a grande esperança para o ressurgir brasileiro e o relançamento dos movimentos progressistas na região”*.

Como se vê, a defesa do nacional-reformismo do *“direito de legítima defesa”* a Lula está condicionada à própria defesa da democracia burguesa, do Estado burguês e da política reformista. Acontece que lulismo, o evismo, o kirchnerismo e o correísmo se integraram profundamente às estruturas do aparelho do Estado, dominado pelas quadrilhas e a alta burocracia estatal, ligada por inúmeros fios aos interesses dos monopólios e do capital financeiro. Passaram, assim, a se integrar ao quadro de mercantilização das relações políticas, engraxadas fartamente pelas frações da burguesia que controlam a economia e determinam os rumos e as medidas das políticas de governo.

Essa é a base material e de classe que levou ao PT apodrecer na política burguesa e se submeter às relações venais que a condicionam. Lula e a cúpula petista não romperiam abertamente com o Estado, fonte de seus benefícios político-eleitorais e econômicos. Eis por que, como assinala La Nación (Argentina), a prisão de Lula era impensável uma década atrás. Ora, uma vez efetivada, não *“prejudicou a estabilidade política”* alcançada pelo Brasil. O que explica por que, depois de avaliar sobre possíveis choques entre partidários a favor e contra da prisão do petista, conclui assinalando que a prisão de Lula não se transformou em *“radicalização política do PT”*. Esse órgão da grande burguesia argentina simplesmente constata que o PT não se propôs a mobilizar as massas. Procurou estrategicamente a via dos recursos judiciais e das denúncias parlamentares.

É preciso verificar o que pensam as correntes da esquerda. Socialist Alternative-SA (organização norte-americana ligada à LSR) disse que a prisão de Lula objetiva *“eliminá-lo das presidenciais de 2018”*. E, apesar de defender seu direito a se candidatar, afirma que Lula *“não é alternativa”*. Trata-se, portanto, de construir uma *“Frente Única da Esquerda Socialista”*, embora apóie, no Brasil, as candidaturas do PSOL. O Partido Operário (Argentina) afirma que Lula deve ser julgado por um *“tribunal eleito pelos trabalhadores”* e que *“à consigna ‘Fora Temer’ se deve unir a reivindicação da destituição e julgamento dos chefes militares golpistas (...) e a formação*

de uma milícia operária para proteger os trabalhadores e a democracia”. O Partido dos Trabalhadores Socialistas-PTS argentino, ligado ao MRT, exige a libertação de Lula, se pronuncia *“pelo direito do povo escolher quem quiser”* e defende uma alternativa da esquerda nas eleições. A LIT, por sua vez, repete a bandeira do PSTU de *“prisão a todos os corruptos”*, colocando-se objetivamente no mesmo campo da moralização da política. Não foge à regra dos revisionistas de erguer uma *“alternativa à esquerda”* do PT.

Esse breve relato sobre a repercussão internacional em torno à prisão de Lula mostra uma divisão entre a política burguesa liberal e a reformista, ou, talvez mais precisamente, entre liberal direitista e liberal reformista. O nacional-reformismo latino americano tem suas particularidades, como um todo se alinhou nas críticas à exclusão de Lula do pleito eleitoral. Está claro que, para uma fração da burguesia mundial, o lulismo não deve ser descartado. Trata-se de uma posição minoritária, em grande medida representante da socialdemocracia européia e do nacional-reformismo latino-americano.

O que mais ressaltou entre as esquerdas pequeno-burguesas, por sua vez, foram as divergências se se devia defender Lula ou apoiar a sua prisão. Sem dúvida, os interesses eleitorais das esquerdas internas ao Brasil condicionaram, em certa medida, as posições no exterior.

O fundamental de tudo o que temos colocado está em que democracia burguesa e eleições não constituem métodos antagônicos ao golpismo institucional ou militar para a burguesia. São diferentes métodos e meios de dominação e opressão, que se ajustam às condições políticas e sociais concretas de cada conjuntura histórica. O que explica por que o golpe de Estado se encerra for-

O golpe de Estado se encerra formalmente nas eleições de outubro. Mas permanecerá como resultado do golpe a cassação dos direitos políticos de Lula. Está aí explicitado o caráter profundamente antidemocrático das eleições presidenciais que se realizarão em outubro. A esquerda reformista participará de corpo e alma nas eleições antidemocráticas.

malmente nas eleições presidenciais de outubro. Mas permanecerá como resultado do golpe a cassação dos direitos políticos de Lula. Está aí explicitado o caráter profundamente antidemocrático das eleições presidenciais que se realizarão em outubro. Está evidente que a esquerda reformista participará de corpo e alma nas eleições antidemocráticas.

Para o proletariado, está colocado objetiva e concretamente lutar contra a prisão de Lula no campo da democracia política. O que significa que a defesa de sua imediata libertação e de pleno uso de seus direitos políticos deve se desenvolver no terreno dos métodos da ação direta e na base de um amplo movimento nacional e independente de massa, sob a direção da classe operária. Trata-se de potencializar os métodos da luta de classe e dar passos na independência política do proletariado, rejeitando e combatendo os métodos judiciais e policiais da burguesia.

É por essa via que passa o combate proletário às tendências ditatoriais da burguesia e a ajuda às massas para que superem as ilusões democrático-burguesas. O que significa lutar pela constituição de um Tribunal Popular, assentado no proletariado e nos demais explorados.

PSDB mergulhado na corrupção

Não teve como a Procuradoria Geral da República e o Supremo Tribunal Federal descartarem as provas que mostram claramente o profundo envolvimento do senador Aécio Neves na corrupção. Demoraram, no entanto, a dar prosseguimento às revelações dos donos da JBS.

Aécio chegou a ser afastado de suas funções parlamentares e a cumprir um recolhimento domiciliar noturno. Mas o Senado reagiu em sua defesa; e a presidente do STF invalidou a branda medida cautelar. A irmã de Aécio e um de seus capachos chegaram a ser confinados. Também foram agraciados com a prisão domiciliar.

Os escândalos de corrupção, processos e prisões que atingiram principalmente o PT não ocorreram à margem das disputas políticas e dos conflitos interburgueses no seio do Estado. As perguntas e as denúncias eram por que o PSDB, tão mergulhado nas negociatas, não era atingido. O PT, PMDB, PP, etc. tinham este ou aquele político condenado e preso. Mas o PSDB esteve isento de qualquer investida da procuradoria, da polícia federal e do judiciário. Não por falta de fatos e denúncias, mas sim por critérios políticos. Um caso

respirou fundo por não ter seu nome vinculado à Lava Jato. Os procuradores de São Paulo, provavelmente, folgaram em não ter de levar adiante a investigação sobre o homem mais influente na política do estado e chefe do PSDB. Os escândalos envolvendo obras viárias vêm à luz do dia e acabam voltando à penumbra. É o caso das denúncias da Odebrecht e da OAS contra Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa.

Nunca se fez uma apuração persistente e a fundo das implicações dos governos do PSDB com a corrupção no Estado de São Paulo. As multinacionais que tocaram a obra do metrô – Alstom, Siemens, etc., impuseram seu cartel e remuneraram muito bem o PSDB. Promoveram um saque bilionário do erário público. A justiça fatiou os processos, os tratou caso a caso, como se não houvesse uma rede de corrupção no seio do governo, e livrou as multinacionais por meio de um acordo de pagamento de multa. Se se abrissem, de fato e integralmente, as contas das obras do metrô e viárias, certamente, se descobriria a mesma mina de ouro que se descobriu na Petrobras. Não é preciso adentrar ao escabroso escândalo da merenda.

A conclusão é que as instituições não se dispuseram a levantar o véu que cobre a quadrilha do PSDB. Nem mesmo a do MDB, PP, PTB, etc. foi desvelada, como foi a do PT. Nenhum desses partidos sofrerá a devassa que sofreram os petistas. São partidos históricos da burguesia e expressão das frações oligárquicas. Aécio Neves se tornou réu, de um lado; Eduardo Azeredo aguarda a decisão da Justiça, de outro, e Alckmin escapa pela culatra. Isso depois de Lula ser preso. Assim, procura-se dar a ideia de que a justiça é igual para todos



Aécio Neves se tornou réu, de um lado; Eduardo Azeredo aguarda a decisão da Justiça, de outro, e Alckmin escapa pela culatra. Isso depois de Lula ser preso. A prisão a todos os corruptos é a farsa burguesa e pequeno-burguesa do momento, que logo mais despencará do píncaro da glória.

exemplar é o do ex-governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo. No processo do “mensalão”, que resultou na devassa da vida política do PT e prisão de dois de seus fundadores mais importantes, veio à tona o comprometimento de Azeredo. Na campanha eleitoral para o governo de Minas, em 1998, o dito cujo montou um esquema de saque da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e do extinto Banco do Estado de Minas Gerais. Aí se gestou a tramóia com o publicitário, que está preso, Marcos Valério, que viria a dar no “mensalão” do PT. Está aí por que a montagem de Azeredo ficou conhecida por “mensalão mineiro”. Em dezembro de 2015, o homem do PSDB foi condenado a 20 anos e 10 meses de prisão por lavagem de dinheiro e peculato. Até hoje, continua solto. A previsão é que poderá ser preso, caso seu último recurso não seja aceito. Como não poderia deixar de ser, declara-se inocente e roga “que Deus ilumine os desembargadores”. Pelo visto, a “graça divina” o protegeu até o presente momento.

Há outro acontecimento envolvendo o PSDB. O ex-governador Geraldo Alckmin e candidato à presidência nas eleições de outubro teve a seu favor a mesma “luz divina”. O processo da Lava Jato sobre o desvio de recursos na construção de uma linha de metrô, apontado pela Odebrecht, foi transferido para Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. O crápula angelical

e que, finalmente, o Brasil está sendo passado a limpo pela Operação Lava Jato. A prisão a todos os corruptos é a farsa burguesa e pequeno-burguesa do momento, que logo mais despencará do píncaro da glória.

O que interessa, porém, é notar que a extensão do fenômeno evidencia a decomposição da política burguesa e da democracia oligárquica. É fundamental que a vanguarda revolucionária não siga os meandros das disputas judiciais, que inevitavelmente desembocam nos conflitos interburgueses e na corrida eleitoral.

O proletariado tem uma posição de classe sobre a corrupção, a de que é inerente ao capitalismo e ao seu Estado. Expressa as relações mercantis, os interesses particulares de grupos econômicos e a exploração das massas, sobre os quais repousa a democracia oligárquica e seus partidos. As respostas da burguesia são as de recorrer à sua justiça de classe, que jamais deixará de diferenciar ricos e pobres, fortes e fracos, protegidos e desprotegidos. As respostas do proletariado são as de constituir um Tribunal Popular, nascido das lutas e voltado ao combate ao capitalismo em decomposição. A corrupção é apenas um sintoma do organismo infectado, pestilento e doentio. Será varrida pela revolução proletária.

60 dias da intervenção no Rio de Janeiro

Em 16 de fevereiro, Temer assinou o decreto de intervenção federal. Colocou o exército na chefia da segurança pública do estado e no controle da administração dos seus fundos orçamentários, bem como de inúmeras funções.

O primeiro aspecto do balanço da intervenção federal é o de que não estagnou o avanço da criminalidade e do narcotráfico, que decorrem da barbárie social. O fato é que não há como reverter as consequências malélicas da desagregação estrutural do capitalismo. A militarização da vida social e o uso puro e simples da violência estatal não fazem senão agravar a violência em geral, que recai sempre sobre os pobres e oprimidos.

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro Gomes, às vistas das tropas, foi, sem dúvida, perpetrada pelas armas da polícia ou das milícias a ela ligadas. Esse fato não deixa pedra sobre pedra do argumento de que a intervenção resolveria a criminalidade espalhadas pela imprensa e os partidos golpistas para justificar a militarização da cidade.

A permanência dos negócios ilícitos e os assassinatos revelam a raiz social e econômica das relações entre o Estado e corporações ligadas ao crime e à repressão sobre a população. A visível putrefação do estado do Rio de Janeiro é um sintoma dos impasses do capitalismo no Brasil. Os recentes assassinatos de um assessor de um vereador e de uma testemunha que indicaram a possível responsabilidade das milícias na morte de Marielle e Anderson demonstram a completa impotência da burguesia em superá-los.

Ocorre que a burguesia narcotraficante é parte do aparelho de Estado, constitui uma poderosa força econômica e, portanto, condiciona em grande parte os rumos da política burguesa. O fato de essas relações arrastarem milhares e milhares de jovens desempregados à criminalidade indica a impossibilidade do regime burguês de lhes garantir trabalho, escola e lazer. Sem que possam empregar sua força de trabalho e receber um salário, recorrem à criminalidade.

Então, quais objetivos foram alcançados com a interven-

ção no Rio de Janeiro? Sem dúvida, o de avançar a militarização das relações do Estado burguês e intensificar a opressão das massas oprimidas. É o que se observa com a anulação dos direitos políticos e democráticos dos moradores dos bairros e favelas. Esses são revistados, fichados pelos organismos de inteligência militar e impedidos de ir e vir, sem que antes se submeta à arbitrariedade dos militares. Está suspensa sobre a cabeça dos moradores a possibilidade de a justiça vir a garantir mandados de busca e apreensão coletivas. A população pobre é colocada sob suspeita pelo simples motivo de fazerem parte da massa explorada.

A militarização da política corresponde ao avanço das tendências autoritárias que ganharam expressão com o golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Expressa a necessidade da burguesia fortalecer os instrumentos de um Estado policial, diante das lutas dos explorados, dos direitos de greve, de reunião e de manifestação. Essa condição foi expressa pelo próprio general interventor, Braga Neto. Eis: “O Rio de Janeiro, ele é um laboratório para o Brasil”. Em outros termos: um “laboratório” utilizado pela ditadura civil para

avançar a centralização autoritária do Estado.

O fundamental do balanço dos primeiros 60 dias da intervenção federal está em que constitui uma importante mudança na situação política e nos métodos de governo do Estado burguês. A crise econômica e suas consequências continuam a ser descarregadas brutalmente sobre as massas. E a burguesia mantém a ofensiva geral contra a vida da maioria explorada.

É necessário não perder de vista os movimentos e ações do governo e dos militares voltados a aplacar o descontentamento dos explorados. Não há outra via de se contrapor às tendências ditatoriais da burguesia a não ser organizar desde as fábricas, construções, bairros, escolas, etc. o movimento independente das massas. A luta pelos empregos e salários é o ponto de partida para que entendam a necessidade de rechaçar o intervencionismo militar.

A intervenção federal constitui uma importante mudança na situação política e nos métodos de governo do Estado burguês.

A crise econômica e suas consequências continuam a ser descarregadas brutalmente sobre as massas. E a burguesia mantém a ofensiva geral contra a vida da maioria explorada.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Combater a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular

O governo de Michel Temer aprovou, por meio de Medida Provisória, em 2016, a reforma do ensino médio. No discurso, veiculado nos canais de rádio e TV, prometia um currículo flexível, com participação e escolha dos estudantes, além de um currículo atrativo para os jovens e com a possibilidade de escolha pela formação profissional. No entanto, tudo não passou de mais uma farsa do governo golpista.

A reforma do ensino médio, no entanto, para ser colocada em prática, precisava da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contudo, a reforma já determinou que 60% da carga do ensino médio devia ser da BNCC e os 40% restantes serão dos itinerários formativos.

Em abril de 2018, a BNCC foi enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), para, depois, ter a aprovação do MEC. A proposta apresentada coloca apenas como obrigatória, nos três anos do ensino médio, as disciplinas de português e matemática, deixando as ciências naturais e humanas a cargo das escolas e dos sistemas de ensino, dentro dos chamados “itinerários ou percursos formativos”. Na realidade, as demais disciplinas serão acopladas em áreas de conhecimento. Portanto, se reduz a grade curricular. As disciplinas humanas são as mais prejudicadas, porque se as dissolvem em áreas de conhecimento e se exclui filosofia e sociologia.

Sobre a flexibilização através dos cinco itinerários formativos (ciências humanas, ciências naturais, linguagens, matemática e ensino profissional), o que não se fala é que metade dos municípios do Brasil tem apenas uma escola de ensino médio, o que inviabilizará a possibilidade de escolha pelos estudantes. Mesmo nas cidades maiores, com mais escolas de ensino médio, a absoluta maioria delas não têm a menor condição de oferecer os tais itinerários formativos, o que torna a “possibilidade de escolha” dos estudantes uma mera falácia.

A BNCC apresentada se destaca pela linguagem rebuscada com listas imensas de competências e habilidades para o ensino médio, que, na prática, nada têm a ver com as escolas, os professores e muito menos com os estudantes. Segue-se a lógica

da separação entre a teoria e a prática, a total desvinculação da vida real dos jovens e seus problemas mais sentidos.

A reforma introduz a educação à distância no ensino médio. O governo anunciou que 40% do ensino médio pode ser feito a distância, isso equivale a 2 dias letivos por semana, que o estudante terá de fazer em casa pela internet (e para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, até 100% a distância). Estão mais do que claras as reais intenções do governo. Trata-se do avanço da privatização e da precarização, da já debilitada educação dos jovens, e de um duro golpe para os professores, que amargarão com o desemprego e o subemprego. Não por acaso, o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular e o chamado novo ensino médio contaram com institutos e fundações ligados a grandes empresas nacionais e internacionais, bem como instituições financeiras, entre eles o Instituto Unibanco.

É importante perceber que a reforma do ensino médio (e a BNCC) não está descolada do conjunto de medidas antidemocráticas e das reformas antinacionais e antipopulares. A reforma do ensino médio veio acompanhada da reforma trabalhista, da lei de congelamento dos gastos públicos por vinte anos, da terceirização e da reforma da Previdência, temporariamente suspensa. Esse pacote de ataques tem como principal objetivo a manutenção do pagamento da dívida pública.

A ofensiva contra a escola pública deve ser entendida como parte de um conjunto maior e é contra esse conjunto de medidas que devemos lutar. Daí a urgência de uma resposta por parte do movimento secundarista, dos sindicatos vinculados à educação e das centrais.

A Corrente Proletária na Educação rechaça integralmente a reforma do ensino médio e a BNCC. Trabalha para que os estudantes e professores retomem o combate de 2015 e 2016, quando foram os pilares das mobilizações contra o fechamento de escolas e contra a reforma do ensino médio. Levanta as bandeiras de um único sistema de ensino gratuito, sob o controle dos que trabalham e estudam, e de uma escola científica, laica e vinculada à produção social.

Rio Grande do Norte

Eleições da Faculdade de Educação confirmam domínio político da burocracia universitária

A eleição da Faculdade de Educação (FE) do Campus Central da UERN, Mossoró, que ocorreram no dia 16 de abril para diretora (or), confirmou o domínio político da Reitoria.

A eleição foi marcada pela calma. Mas não foi por acaso. As duas chapas concorrentes, Josenildo/Hostina e Meyre/Regina, não se diferenciavam nas propostas. Ambas circunscreveram suas ideias ao âmbito do academicismo. Nem durante a campanha se referiram à crise política e econômica do País. Além disso, as chapas concorrentes aceitaram o jogo eleitoral antidemocrático.

A prova de que não houve diferenciação programática

foi a grande confusão que ocorreu entre as estudantes. Elas se dividiram entre as chapas, nem todas eleitoras da cabeça de chapa votaram em suas respectivas vices.

Nos outros segmentos, predominou o peso político da pressão da burocracia universitária (Reitoria). A única diferença que se poderia realizar entre as chapas era a do alinhamento ou não com a Reitoria.

A chapa vencedora foi a das professoras, que se alinharam na greve sob o manto da política da burocracia universitária. Foram contra a sua continuidade, não participaram do movimento, estão alinhadas na UERN às ideias da Reitoria e, portanto, do governo burguês de Robinson Farias (PSD).

A chapa opositora, Josenildo/Hostina, foi apoiada por diretores do sindicato. Josenildo já foi diretor do sindicato por várias vezes. O candidato a diretor já foi a vários congressos do Andes. Portanto, são presentes no movimento sindical. Porém, essa era a única diferença que se poderia fazer. Do ponto de vista das propostas, não se diferenciaram.

Por não haver diferenciação programática, as estudantes se dividiram; o segmento dos técnicos, como demonstra a história da Faculdade, seguiu a candidatura identificada com as ideias da Reitoria. E entre os docentes, demonstrou-se a hegemonia da Reitoria.

A eleição seguiu o critério do voto paritário de 1/3 para

cada segmento. Essa proposta faz com que as estudantes de Pedagogia, que são a grande maioria, 513, igualem-se em peso de votos de 10 técnicos, por exemplo. Nesse exemplo, 51 votos de estudantes equivaleriam a 1 voto de técnico. Nos docentes, essa proporção cairia de cerca de 10 votos de estudantes para 1 voto de professor.

A Corrente Proletária na Educação (POR) denunciou o processo antidemocrático da eleição e se posicionou pelo voto nulo, em defesa de uma universidade pública, laica, gratuita, vinculada à produção social e submetida às assembleias universitárias, com voto universal e governo tripartite (professor, técnico e estudante).

Londrina

PM NO CAMPUS NÃO É PARA “SEGURANÇA”, MAS PARA REPRESSÃO

A denúncia feita pelo DCE, à decisão arbitrária da Reitoria de colocar a PM no Campus, obrigou o Conselho Universitário a discutir a questão. Na última reunião do Conselho Universitário que abordou o assunto, no entanto, ficou evidente que existe uma maioria de conselheiros favoráveis à medida repressiva e é bem provável que, quando isso for posto em votação, esta maioria se confirme.

Professores e funcionários se colocaram de modo raivoso em defesa da PM no Campus. Correu inclusive um abaixo-assinado entre os funcionários com um texto muito parecido com o discurso do vice-reitor sobre a “insegurança”. Também os representantes das organizações patronais se intrometeram neste assunto, que deveria ser exclusivamente resolvido pela comunidade universitária.

Somente alguns docentes e os estudantes se colocaram com firmeza contra a PM no Campus.

Não é de se estranhar esta divisão dentro do Conselho Universitário nem tampouco que prevaleça dentro do órgão as tendências mais reacionárias. A cúpula da universidade é constituída majoritariamente por docentes, cuja perspectiva social e política é próxima à alta classe média (pequena burguesia) e é precisamente neste setor da sociedade onde se em incuba o principal respaldo social, político e ideológico do golpismo.

Da mesma forma que foi a pequena-burguesia que fez as manifestações em defesa da pátria, deus e a família para criar a justificativa ao golpe militar de 1964; da mesma forma que foi a pequena burguesia que se mobilizou por detrás do nazismo na Alemanha; essa pequena burguesia é quem encarna as alternativas mais reacionárias, mais repressivas quando se vê acuada pela crise capitalista.

Nos momentos de crise aguda do capitalismo, a pequena burguesia sente a ameaça de perder sua condição privilegiada ou a possibilidade de alguma revolução social, ou, simplesmente, pela proletarianização decorrente das leis inerentes ao capitalismo. Esse é o medo que faz da pequena burguesia particularmente suscetível a apoiar as tendências fascizantes.

Esta é a razão social do repentino medo que passou a se disseminar também dentro da universidade, e que é usado para justificar as medidas repressivas contra o movimento político dos estudantes e, eventualmente, dos sindicatos. Eles sabem que o quantitativo de furtos e roubos é insignificante e sabem que a universidade é pelo menos 90% mais segura do que qualquer outro lugar da cidade, mas precisam reforçar a ladainha da “insegurança” que, de resto, é estimulada de dia e noite pelo Jornal Nacional (TV Globo).

O movimento contra a PM no Campus deve se unir ao movimento geral das massas que se opõe à fascistização das relações sociais e políticas, que teve no golpe de 2016 uma violenta aceleração, dando início à ditadura civil e ao estado de exceção atual.

Por isso o movimento contra a PM no Campus não pode se perder na discussão de problemas de segurança inexistentes. Não pode cair na armadilha de discutir um plano de segurança alternativo, cidadão, humano etc. Não! A burocracia Universitária colocou a PM no Campus para reprimir. A burocracia Universitária é parte das instituições do Estado Burguês. Nos momentos de crise, abandona o disfarce democrático que em outros momentos veste para enganar a comunidade universitária.

O movimento contra a PM no Campus deve se unir ao movimento geral das massas que se opõe à fascistização das relações sociais e políticas, que teve no golpe de 2016 uma violenta aceleração, dando início à ditadura civil e ao estado de exceção atual. O golpe respondeu à necessidade de exercer uma maior violência contra as massas. Esta violência é expressão da crise capitalista, ou seja, da necessidade do capital destruir forças produtivas, riqueza produzida e se livrar de parte da massa de trabalhadores que não poderão ser incorporados à produção.

***Contra o avanço das tendências fascizantes que golpeiam as massas
Fora a PM do Campus!***

Rio Grande do Norte

POR REALIZA ESTUDO SOBRE OBRA DE ENGELS NA UFRN

No dia 11/04, na UFRN, iniciou-se o Grupo de Estudo Marxista, com a discussão dos capítulos 1 e 2 da obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, de Friedrich Engels. O objetivo do grupo de estudo é extrair os principais conceitos das obras marxistas e utilizá-los para compreender a realidade, e fazer a ligação da teoria com a atuação prática na luta de classes. Sendo assim, em todo estudo, será reservado um momento para debate de conjuntura e informes das atividades que ocorrerão. O estudo dos capítulos 1 e 2 da obra tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre a opressão à mulher e sua relação com a origem da família monogâmica, e como combatê-la. O próximo estudo será dia 25/04, sobre os capítulos 3, 4 e 5 do mesmo livro. Seguem abaixo as conclusões do estudo.

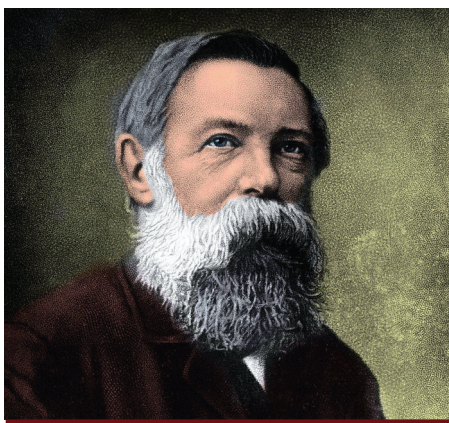
A obra foi publicada em 1884, em um momento em que se começava a estudar a História da Família. Antes, tinha-se uma ideia equivocada de que a família monogâmica sempre existiu. Engels baseia sua obra nos estudos de Morgan, que se distinguia dos outros pesquisadores por apresentar uma visão materialista da evolução da família, como expressão do desenvolvimento das condições materiais da sociedade humana.

Morgan divide os períodos da humanidade de acordo com o desenvolvimento dos meios de produção, e a evolução da família acompanha esses períodos. A característica qualitativa que distingue a primeira época (estado selvagem) da segunda (barbárie) é o surgimento definitivo das forças produtivas sociais, ou seja, o homem deixa de ser um mero coletor dos produtos prontos da natureza e passa a exercer um trabalho produtivo significativo sobre a mesma, principalmente a partir da criação de animais e da agricultura.

O ancestral do homem, que vivia em pequenos grupos nas florestas, só conhecia a forma monogâmica ou poligâmica de família.. Com a necessidade de explorar novos territórios e se proteger dos predadores, vários pequenos grupos se uniam para formar a “horda”, onde o ciúme dos machos era suplantado pela tolerância recíproca entre eles, a fim de manter a estabilidade dessa nova organização. Surgiu o matrimônio por grupos, onde um conjunto de machos casava com um conjunto de fêmeas, independente da idade ou grau de parentesco.

A primeira proibição de casamento se deu entre pais e filhos (e entre tios e sobrinhos, que eram também considerados “pais” e “filhos”), com o surgimento do incesto. O matrimônio por grupos ficou restrito apenas a indivíduos da mesma geração. Constituiu-se a primeira forma de família, a consanguínea.

A segunda proibição de casamento se deu entre os irmãos (e entre primos, que também eram chamados de “irmãos”). Surgiu a família punalua. Esta forma familiar serviu de base para a constituição da “gens”, que era um conjunto de indivíduos que esta-



O surgimento da propriedade privada e a divisão da sociedade entre em proprietários e escravos e, em função disto, o surgimento da família monogâmica originou a opressão social sobre a mulher que, portanto, é uma opressão de classe, e não de gênero, como enunciam o reformismo e o centrismo.

vam proibidos entre si de terem relações; a linhagem era materna, pois não se conhecia o pai. Quando um parente gentílico morria, a herança era distribuída entre os demais que pertenciam à gens.

Como forma transitória entre a família punalua (gens) e a monogâmica, surgiu a família sindiásmica, em que um homem tinha uma união conjugal com uma mulher, mas que podia ser facilmente dissolvida por uma ou outra parte. A linhagem ainda era feminina, e a herança distribuída na gens do parente falecido. Porém, essa forma transitória já apontava para o fim definitivo do matrimônio por grupos e da gens.

Até agora, na economia doméstica comunista, as mulheres não sofriam opressão social. Exerciam um papel de dirigentes do lar comunista, e por isso existia uma certa preponderância das mulheres.

A consolidação da agricultura e a multiplicação do gado e dos escravos sob propriedade privada do homem proprietário repercutiu na superestrutura familiar de modo a dar origem à última forma de família, a monogâmica. A propriedade do homem seria herdada pelos seus filhos, e não mais diluída na gens, possibilitando o acúmulo da propriedade privada e favorecendo, naquele momento, o desenvolvimento das forças produtivas.

O surgimento da propriedade privada e a divisão da sociedade entre em proprietários e escravos e, em função disto, o surgimento da família monogâmica originou a opressão social sobre a mulher que, portanto, é uma opressão de classe, e não de gênero, como enunciam o reformismo e o centrismo. Com o fim do lar comunista, a mulher passa a ser serva do lar individual, em uma economia doméstica privada, o que dá base para o mito da inferioridade da mulher. A mulher passa a ser exclusiva do homem, e o divórcio proibido. Surge, em contraponto, a prostituição e o adultério. Os casamentos são por conveniência, de acordo com o objetivo de garantir a perpetuação da propriedade privada.

O capitalismo inseriu parte significativa das mulheres na indústria, mas permanece a dupla jornada de trabalho. Outras muitas mulheres ainda permanecem completamente excluídas da produção social. A revolução socialista reconhecerá definitivamente a mulher como força produtiva social, libertando-a da servidão doméstica, à medida que o Estado operário assuma as tarefas domésticas e as mulheres sejam absorvidas plenamente na produção social. Com a transformação da propriedade privada em social, deixará de existir a necessidade da herança e, conseqüentemente, desaparece a base material para a existência da família monogâmica. Com o seu fim, desaparecerão a preponderância do homem sobre a mulher, a prostituição e o adultério, será garantido o pleno direito ao divórcio, e o amor sexual se realizará plenamente sem as deformações geradas pelo casamento por conveniência.

USP: Curso sobre “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” – Parte 2

Prossegue o curso de formação permanente da USP, iniciado em 2017, este semestre com o estudo do livro de F. Engels. Nesse encontro, discutiu-se o capítulo 2 do livro, que inicia com uma introdução acerca da família iroquesa, encontrada na América do Norte, para depois estudar as formas familiares primitivas que foram surgindo, ainda antes da escrita, a consanguínea, a punaluana e a pré-monogâmica.

Na família iroquesa, os filhos dos irmãos de um homem são chamados de filhos, indistintamente quanto aos seus; porém, os filhos das irmãs são chamados de sobrinhos, os quais lhe chamam de tio. Essas diferenças correspondem a uma série de relações concretas de compromisso entre os membros de uma família e entre as demais.

Afirma Engels: “Como explicar esse fenômeno? Considerando o papel decisivo desempenhado pelo parentesco na ordem social de todos os povos selvagens e bárbaros, a importância de tão difundido sistema não pode ser explicado por simples junção de palavras. Um sistema que vigora em toda a América, que existe na Ásia em povos de raças completamente diferentes e do qual se encontram formas mais ou menos modificadas por toda parte na África e na Austrália, precisa ser explicado historicamente.”

E ainda: “O estudo da história primitiva revela-nos, em contrapartida, situações em que homens praticam a poligamia ao mesmo tempo em que suas mulheres praticam a poliandria e, portanto, os filhos de uns e outros tinham de ser considerados comuns. Essas situações, por sua parte, ao passarem por uma série de transformações, convergem finalmente para a Monogamia.”

Assim, Engels vai explicar que a na primeira forma familiar que conseguiu se estabelecer diante da natureza foi a consanguínea, na qual se estabeleceu as relações sexuais entre os membros de uma mesma geração. Restringiu-se o sexo entre pais e filhos, avós e netos. Mas não entre irmãos, que eram todos os da mesma geração, não necessariamente filhos do mesmo pai e mãe.

A família punaluana vai se constituir sobre a base de uma nova restrição: a de irmãos, filhos da mesma mãe e pai, que passaram a não poder mais estabelecer relação sexual entre si. Surge aqui pela primeira vez a classe dos sobrinhos, que os distinguem quanto à maternidade e paternidade. É bem possível que essa nova forma familiar tenha se fixado por conta de resultar em membros mais fortes e

menos suscetíveis às deformidades decorrentes do casamento entre irmãos. Foi a partir dessa forma que vai surgir a gens, precursora dos bárbaros que chegaram à civilização na Grécia, Roma e maior parte do mundo antigo.

Diz Engels: “Com o crescente emaranhado das proibições de casamento, os casamentos por grupos se tornaram cada vez mais impossíveis e acabaram sendo substituídos pela família pré-monogâmica. (...) Quanto mais as relações sexuais tradicionais, com o desenvolvimento das condições econômicas da vida e, portanto com o desaparecimento do antigo comunismo e ainda com a crescente densidade populacional, perdiam seu inocente caráter primitivo e selvagem, tanto mais humilhantes e opressivas deviam parecer essas relações para as mulheres que, com maior premência, deviam ansiar pelo direito à castidade, ao casamento temporário ou definitivo com um só homem, como uma libertação. Esse progresso não podia ter partido dos homens, pela simples razão, sem necessidade de falar em outras, que até hoje de forma alguma lhes ocorreu a ideia de renunciar aos prazeres de um efetivo casamento por grupos.”

“Nesse estágio, o homem vive com uma mulher, mas pode praticar a poligamia. Mas das mulheres se exige a fidelidade. E os filhos pertencem exclusivamente à mãe. A “economia doméstica comunista significa predomínio da mulher na casa, do mesmo modo que o reconhecimento exclusivo de uma mãe natural, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai, significa elevada consideração pelas mulheres, isto é, pelas mães.”

A prática foi colocando que os herdeiros das primitivas ferramentas de trabalho e dos animais criados seriam os filhos da mulher. Mas, “a domesticação de animais e a criação de gado haviam desenvolvido uma fonte de riqueza até então desconhecida, criando relações sociais totalmente novas. (...) A quem, no entanto, pertencia essa nova riqueza?” A ligação direta do homem com a riqueza produzida vai alterar sua importância no interior da família e assim o direito de herança vai passar a ser paterno e da sua linha de descendência masculina.

O domínio do homem por meio do controle da propriedade e da necessidade de passá-la aos seus descendentes será a base para o surgimento da família monogâmica propriamente dita, o que estudaremos no próximo encontro (9 de maio de 2018).

AFUSE- Funcionários da Educação / Chega de Congresso Regional que não delibera e não organiza a luta É hora de pôr em pé uma oposição à direção burocrática da Afuse

No dia 13 de abril, na capital, os Funcionários da Educação se reuniram em seu IV Congresso Regional. Contou com cerca de 150 representantes de escolas e ativistas sindicais. Os Congressos Regionais têm a finalidade de agrupar os funcionários, que passam a ser potencialmente delegados para o Congresso Estadual, que se realizará três anos depois. A direção do sindicato, PT, contou com a maioria. Pôde, assim, conduzir o Congresso Regional sem a pressão de setores oposicionistas. A Corrente Proletária/POR atuou por meio de um boletim, da banca de materiais do partido e com uma intervenção no plenário.

O Congresso Regional foi montado como tribuna para palestrantes. Os expositores se concentraram na denúncia da prisão de Lula, na defesa da democracia e nas críticas ao governo Temer, fruto do golpe. Ao invés de preparar a luta para enfrentar as reformas trabalhista e previdenciária, a terceirização e os baixos salários, com os métodos dos explorados, o Congresso ressaltou a estratégia eleitoralista do PT, como saída para a crise política.

A Corrente Proletária interveio defendendo a libertação do Lula. Mostrando que somente a classe operária pode julgar Lula e o PT.

Ressaltou que a prisão do Lula é a conclusão do golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff e instalou uma ditadura civil. E que a luta pela libertação de Lula deve partir das reivindicações que mobilizam os explorados, que são o combate às reformas antinacionais e populares e a defesa dos empregos e salários. Criticou a política da direção da Afuse, que sequer convoca assembleias. E que é necessário travar um combate à burocratização do sindicato, para que se torne instrumento da luta dos funcionários.

Outros funcionários também se posicionaram pela libertação de Lula e pelo direito dele se candidatar. Também falaram da necessidade de impulsionar a luta contra a precarização das condições de trabalho e das medidas autoritárias do governo de São Paulo. No entanto, o Congresso Regional não é deliberativo. Continua, assim, nas mãos da burocracia do sindicato o poder de decisão.

Como se vê, é necessário construir uma oposição verdadeiramente de combate à burocratização do sindicato e à política reformista do PT. Enquanto não se erguer esse movimento oposicionista, apoiado na independência de classe, a Afuse continuará sendo antidemocrática e a serviço da política de conciliação de classes.

Subsede da Apeoesp de Franco da Rocha realiza atividade sobre a opressão da mulher

No dia 7 de abril, aconteceu em Franco da Rocha o debate em torno da questão da mulher. A maioria das correntes e palestrantes tratou da opressão sobre a mulher como um problema relacionado a aspetos e condicionamentos culturais, remetendo às atitudes machistas como o fundamento da discriminação, particularizando cada experiência como elo do “empoderamento”, que visa às soluções individuais, sob a perspectiva da “opressão de gênero”.

O POR enfatizou o papel da mulher revolucionária, enquanto parte da classe operária e de suas lutas. Lembrou assim o papel fundamental que tiveram as mulheres na Comuna de Paris, defendendo suas conquistas até as últimas consequências. Destacou o papel das mulheres na Revolução Russa, particularmente as mulheres operárias têxteis, que se destacaram na revolução de fevereiro e sua pequena presença nos soviets de operários. Mostrando a opressão como sendo de classe, daí os prejuízos sobre as mulheres numa sociedade dividida em classe. No caso do Brasil, enfatizou a atuação das mulheres nas primeiras greves no setor têxtil, no início do século XX. Ressaltou a pequena participação das mulheres nos sindicatos e mesmo no partido comunista, nascido em 1922. E essa limitação como reflexo da sociedade capitalista, que incorpora as mulheres no mercado do trabalho, porém, não pôde emancipá-la da dupla jornada e das heranças patriarcalistas. O que faz

com que a maioria das mulheres que participaram do sindicato sejam de classe média, onde o peso da família é menor.

Sobre a questão do trabalho no capitalismo, destacou-se que a operária foi e continua a ser incorporada na produção social, com salários diferenciados e rebaixados perante os dos operários. E que não há no capitalismo nenhuma possibilidade da mulher se emancipar. E que a luta pela emancipação da mulher é parte do programa da revolução proletária, tendo a classe operária (constituída de homens e mulheres) o papel dirigente da revolução, que porá abaixo a raiz da opressão, o capitalismo. Finalmente, assinalou-se que a sociedade capitalista oprime o proletariado em seu conjunto e que não se deve subordinar as lutas às particularidades das discriminações sobre a mulher. Isso por que acoberta a opressão como sendo de classe.

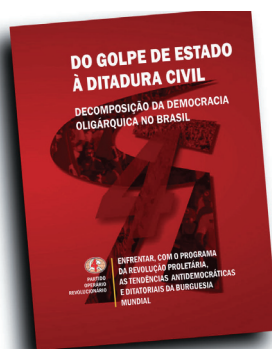
Após as exposições – em grande parte se referiam aos problemas vividos por elas, como a discriminação homossexual, negra ou indígena –, abriu-se para outras colocações. No entanto, prevaleceram as posições reformistas sobre a questão da mulher, de que a sua emancipação virá pela via da educação, da luta contra o “machismo” e do combate a todo tipo de discriminação. Nesse sentido, a intervenção do POR esteve em choque contra essa política, que acaba negando a luta de classes como a via de pôr fim ao capitalismo e toda sorte de opressão.

LANÇAMENTO DO 6º LIVRO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Chamamos os operários, demais trabalhadores e a juventude a ler e discutir o livro *Do Golpe de Estado à Ditadura Civil*. Essa publicação concentra a rica experiência da luta de classes, que se desenvolveu sob o impacto da crise econômica. O golpe de Estado e a consequente derrubada do governo petista estabeleceram um novo marco no processo da crise política. Todas as forças sociais e as posições partidárias tiveram de caracterizar o novo governo. De nossa parte, afirmamos e explicamos que Temer e o Congresso Nacional encarnam uma ditadura civil.

Tudo indica que somente o POR chegou a essa caracterização e fundamentação de sua natureza de classe, bem como sua função diante da devastadora crise econômica e da necessidade da burguesia de descarregar suas consequências sobre a classe operária e demais explorados. O que fortaleceu sua linha política e as respostas marxistas diante de cada passo do novo governo antinacional e antipopular. É nos momentos de profundos choques na superestrutura política que se verificam o estado de decomposição da base econômica do capitalismo e as tendências ao acirramento da luta de classes.

Um golpe que derruba um governo eleito não é um abalo qualquer no interior do Estado burguês. Resulta de gigantescas contra-



LANÇAMENTO DO LIVRO:

**DO GOLPE
DE ESTADO
À DITADURA
CIVIL**

**29/04
15 hs**



**Rua
Silveira
Martins
Nº 72
Sala 31
Sé - São**

dições econômicas e sociais. Não se derruba um governo se não for para mudar os métodos e as formas de atacar a vida das massas e conter a luta de classes por meio ditatoriais. O movimento pela derrubada do governo nacional-reformista de Dilma Rousseff teve em sua base uma diretriz econômica, antecipadamente traçada por cima da maioria nacional oprimida. As reformas antioperárias e o programa de privatizações deram o conteúdo à ditadura civil.

O título *Do Golpe de Estado à Ditadura Civil – Decomposição da Democracia Oligárquica no Brasil* resume o conteúdo geral deste novo livro. Juntamente com as duas publicações

anteriores – *Ascenso e Queda do PT* e *As Esquerdas no Brasil* – forma uma trilogia, que abarca o convulsivo período entre as eleições presidenciais de 2014, o golpe de Estado e a prisão de Lula.

Temos a publicação deste 6º livro como parte da imprensa operária. É um esforço despendido pela militância revolucionária para materializar as posições políticas, ideológicas e programáticas do proletariado. Trata-se de um instrumento de combate à burguesia, voltado à destruição do capitalismo pela revolução proletária. Neste momento, ressalta sua importância no trabalho sistemático de construção do partido marxista-leninista-trotskista no Brasil.

Nesta edição:

- Sintoma do agravamento da crise mundial.
- **Potências bombardeiam a Síria:**
Fora os imperialistas sanguinários do Oriente Médio!.
- Armas químicas e intervenção imperialista na Síria.
- **Cúpula das Américas:**
Tudo em favor do imperialismo.
- **História do Partido Bolchevique**
Capítulo 4: 1917, a revolução proletária - *Segunda parte.*

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Viva o 1º de Maio proletário, revolucionário, socialista e internacionalista
Com as bandeiras do internacionalismo proletário, da revolução e ditadura proletárias, do socialismo e do comunismo, coloquemos em pé o partido revolucionário da classe operária em cada país e reconstruamos a IV Internacional

A profundidade e a extensão da grande crise econômica internacional, que se iniciou em 2008, não se detém. O capitalismo busca descarregá-la violentamente sobre as massas em todo o mundo.

O desemprego no mundo atinge 250 milhões de trabalhadores. Crescem as migrações de milhares de famílias, que fogem da fome e das guerras. Avançam as reformas previdenciárias e trabalhistas. Cortam orçamentos para saúde e educação. Abrem as importações nas semicolônias e cresce o protecionismo nas metrópoles. **Os planos do imperialismo procuram liquidar conquistas históricas dos trabalhadores, para retroceder as suas condições de vida e de trabalho em um século. Procuram** apoderar-se das empresas públicas, que ainda não foram privatizadas e apropriar-se do controle das fontes de matérias-primas e recursos naturais. Acentua-se, por todos os meios, fortemente, a opressão sobre os países semicoloniais.

A **guerra comercial**, que foi declarada entre EUA e China, agravará a crise. O mesmo se passa com a ruptura dos EUA com todos os tratados, que durante décadas, foram impulsioneados. É uma manifestação de que a crise de superprodução tende a se agravar. Em última instância, essa profunda crise capitalista expressa o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção que as bloqueiam.

O **capitalismo está esgotado**. Está esgotada a divisão do mundo do pós-guerra. O capitalismo não pode ser reformado, não pode ser humanizado, não há como deter sua decomposição. Sua crise desencadeia as **guerras** intermináveis no Oriente Médio, no Afeganistão, e as ameaças sobre a Coreia do Norte,

Irã, Ucrânia e também sobre a Venezuela. Não são um risco no futuro, são uma dramática realidade. Um exército de 65 países se uniu sob a direção do imperialismo norte-americano, com a colaboração russa, para esmagar o Estado Islâmico. As guerras são precedidas de bloqueios e cercos econômicos para render ou enfraquecer aqueles que não se disciplinam. Trump expressa um setor do imperialismo norte-americano encurralado e sem saída, que procura desesperadamente recompor sua situação a qualquer custo, inclusive romper alianças com históricos aliados em defesa da ordem imperialista.

A ofensiva que prendeu Lula e que tende a proscrevê-lo nas próximas eleições, o assassinato de uma reconhecida ativista no Rio e, dias depois, o ataque a bala à caravana de Lula; a campanha por derrubar Maduro; a virada de Lenin Moreno à direita no Equador, marginalizando Correa; as políticas repressivas e autoritárias de Macri na Argentina, assassinando lutadores populares, reivindicando a ditadura e a direitização de Evo na Bolívia, etc. são expressões políticas de uma ofensiva que não quer deixar em pé nenhum setor que não se discipline completamente ou que possa ser canal de resistência popular. O imperialismo, os grandes capitalistas, querem aplicar suas reformas de qualquer maneira. É o regime político da burguesia que se direitiza, não as massas.

As massas lutam como podem, se mobilizam, param, se rebelam, chocam com o Estado e os capitalistas e provocam profundas crises políticas. No entanto, a maioria de seus sindicatos está dirigida por setores burocráticos, de origem nacionalista, reformista ou estalinista, que bloqueiam o surgimento

de novas direções classistas, revolucionárias.

Os governos nacional-reformistas têm contribuído para desmobilizar e desmoralizar as massas, com o fracasso de suas políticas, que acabam acobertando a direita golpista. Em alguns casos, eles próprios se põem a aplicar as receitas neoliberais; em outros, procuram conviver e conciliar harmonicamente com as multinacionais, com a grande propriedade, mediando e amortecendo a luta de classes. Em numerosos casos, se aliaram com setores de direita para co-governar, que depois lhes dão as costas.

Não há caminhos alternativos para chegar ao socialismo e para acabar com a dominação do imperialismo sobre nossos países.

Não há outro caminho a não ser a revolução social, para independizar nossos países da tutela imperialista e para nós mesmos sermos libertados das cadeias que nos prendem. A revolução social deverá ser uma verdadeira revolução popular, que abarque as grandes maiorias oprimidas. Terá de possuir necessariamente um caráter proletário, por sua direção política. Somente a classe operária pode dirigir, uma vez que não tem nenhum tipo de atadura com a propriedade privada dos meios de produção. Sob sua direção, se resolverão as tarefas democráticas e nacionais que a burguesia não pôde realizar, em particular acabar com toda forma de opressão nacional. A revolução é necessária e é urgente!

Agravam-se a cada dia as condições de vida das massas em nossos países e nas metrópoles. Cresce o parasitismo e se agravam as contradições insolúveis do capitalismo. A barbárie avança entre nós e se expressa de muitas formas. Destroem-se forças produtivas. Está à vista de todo o mundo que **essa situação se tornou insuportável**.

O problema dos problemas é a ausência ou debilidade da direção revolucionária. Dos partidos revolucionários e do caráter embrionário do Partido Mundial da Revolução Socialista. O processo que vivemos - com o triunfo da primeira revolução proletária, a Grande Revolução Russa, a criação da III Internacional, e depois a IV Internacional - foi interrompido. Nas últimas décadas, avançou o processo de restauração capitalista nos Estados Operários. A falência do estalinismo não teve como resultado a recomposição da direção revolucionária internacional, que ainda continua dispersa. É imprescindível um completo balanço das experiências políticas da classe operária para poder compreender os erros e fracassos, para não voltar a repeti-los.

A socialdemocracia e o estalinismo tiveram uma responsabilidade fundamental na derrota do movimento operário, uns abandonando completamente a política da classe operária, passando ao campo do imperialismo na Primeira Guerra Mundial, apoiando as burguesias imperialistas de seus países. Os outros, traindo a Grande Revolução em nome do "socialismo em um só país", da "coexistência pacífica com o imperialismo", da "revolução por etapas" e das "frentes populares"

com a burguesia. Criaram as condições para a restauração capitalista. Destruíram e dissolveram a III Internacional, uma conquista política extraordinária. Perseguiram e aniquilaram os melhores bolcheviques, os que dirigiram a Revolução, os que fizeram parte da Oposição de Esquerda e aqueles que em seguida puseram em pé a IV Internacional.

Não são as bandeiras do socialismo e do comunismo que fracassaram. Fracassaram a socialdemocracia e o estalinismo, que enterraram essas bandeiras. A vigência da estratégia revolucionária da classe operária se confirmou plenamente, assim como a inviabilidade do capitalismo, que sobrevive causando todo tipo de catástrofe à sociedade.

As correntes nacionalistas burguesas e pequeno-burguesas também acabaram capitulando diante do imperialismo. Sua incapacidade para levar adiante as tarefas nacionais frustra frequentemente as aspirações das massas. Mantêm timidamente algumas bandeiras, que se chocam ou geram atritos com o capital financeiro, porém, são incapazes de travar o combate até a raiz, para romper com o imperialismo.

As correntes democratizantes da esquerda, entre as quais incluímos os centristas, que até ontem se reivindicavam do trotskismo, também são um problema, já que contribuem para criar ilusões no Congresso e nas leis, nas eleições e nos parlamentares e acabam indo a reboque dos governos nacional-reformistas. E, quando chegam ao governo, como na Grécia, acabam de joelhos diante do capital financeiro. Mencionamos todos esses bloqueios à independência política da classe operária, porque esse é o tema fundamental a resolver.

A classe operária necessita de se independizar politicamente, construir seu partido, seu programa, em torno da sua estratégia de poder. Nisso consiste sua independência, não em outra coisa. *Essa é a tarefa que nos*

empenhamos, construindo o Partido Operário Revolucionário (POR) e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. (Cerqui).

A classe operária deve deixar de seguir as políticas da burguesia e da pequena burguesia, romper com o eleitoralismo, com o pacifismo. É necessária a propaganda contínua das bandeiras do comunismo.

A classe operária pode e deve lutar pelo poder político, por meio da revolução social, dirigindo todos os oprimidos, pela instauração da ditadura do proletariado (governo operário camponês), somente assim libertará as nações oprimidas das cadeias do imperialismo e se libertará a si mesma. Esse será o primeiro passo para começar a construir o socialismo. Nos países semicoloniais, aplicamos a tática da frente única anti-imperialista, o que significa que o proletariado deve dirigir a nação, o conjunto das classes oprimidas, para materializar a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

É hora de reconstruir a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista



Sintoma do agravamento da crise mundial

O bombardeio imperialista da Síria foi considerado pontual e limitado. Não atendeu ao desejo de setores mais agressivos de que os Estados Unidos e aliados ocupassem militarmente o País e derrubassem o governo de Al-Assad, como se fez no Iraque e na Líbia. Ocorre que, distintamente, a Rússia não está disposta a perder sua influência sobre a Síria, que serve de anteparo ao avanço dos Estados Unidos e das potências europeias na região.

O Irã, Síria, Líbano e Palestina resistiram ao total domínio do imperialismo norte-americano e europeu e ao seu enclave, que é o Estado sionista de Israel. Anteriormente, o Iraque também comparecia como obstáculo, embora estivesse em constante choque com o Irã. Ainda é preciso considerar o Afeganistão, depois de vencida a guerra com a ex-União Soviética. A guerra de intervenção imperialista no Afeganistão, Iraque e Líbia, bem como os constantes ataques de Israel à Palestina, e mesmo ao Líbano, ainda que mais espaçados, não podem ser desligados da internacionalização da guerra civil na Síria. É necessário, igualmente, considerar a situação do Iêmen, disputado pelo Irã e pela Arábia Saudita, apoiada pelos Estados Unidos. Também aí estão presentes as mãos do imperialismo e do sionismo israelita.

A história pregressa da dissolução do Império Otomano com a 1ª Guerra e a redivisão do Oriente Médio após a 2ª Guerra Mundial explicam mais a fundo a presente situação da ampla crise na região e expõem as raízes dos interesses das potências, da mudança de posições estratégicas entre elas e, sobretudo, da brutal opressão sobre as nações semicoloniais. Ainda que de passagem, não se pode desconsiderar a colaboração da ex-União Soviética, sob a direção de Stálin, com a nova partilha resultante da 2ª Guerra, ao apoiar a decisão da ONU de implantar o Estado Sionista, dividindo a Palestina. É nessa situação que os Estados Unidos passam a ocupar o lugar da Inglaterra e França, como potência dominante. O que parecia ser uma contingência – assim explicou o estalinismo –, na realidade, configurou uma traição aos povos e nações oprimidas, em particular ao palestino.

A União Soviética já não existe, a restauração capitalista se acha em estado adiantado e o imperialismo não pode conviver com uma Rússia independente e que dispute áreas de influência. Ainda está vivo o conflito em torno da Ucrânia, que, em sua forma particular, reflete o caminho geral da restauração capitalista. Não havia e não há como destruir as conquistas revolucionárias do proletariado e processar o retorno ao capitalismo sem que se dêem, em última instância, sob a égide do imperialismo. A defesa da Rússia ao regime de Al-Assad se tornou inevitável no momento em que uma fração opositora síria passou a ser apoiada pelos Estados Unidos e aliados.

A derrubada do governo do Iraque por meio de uma guerra evidenciou que a intervenção no Afeganistão era tão somente o sinal de um vasto conflito mundial, em grande parte concentrado no Oriente Médio. A recuperação da Rússia, depois dos profundos abalos que desfizeram o bloco do Leste Europeu e

desmoronaram a União Soviética, se tornou um obstáculo ao avanço do imperialismo, nas condições de retomada da crise mundial no pós-guerra. Seria incompatível com a partilha do mundo do pós-guerra, já esgotada e em decomposição, uma Rússia capitalista capaz de exercer um poder regional que afronte os Estados Unidos. Está aí por que, desta vez, o ataque da aliança imperialista à Síria foi precedido da previsão sobre a possibilidade de uma guerra entre os Estados Unidos e Rússia. Tudo indica que chegaram a um acordo secreto para se evitar a escalada militar. Mas, sob as cinzas do bombardeio, permanece acesa a brasa das crescentes tendências bélicas.

Não por acaso, manifestam-se na situação de agravamento da guerra comercial de Trump com a China. As ameaças à Coreia do Norte apenas ficaram na penumbra. São parte da mesma ofensiva norte-americana contra a Síria e a Rússia. Não

(...) o ataque da aliança imperialista à Síria foi precedido da previsão sobre a possibilidade de uma guerra entre os Estados Unidos e Rússia. Tudo indica que chegaram a um acordo secreto para se evitar a escalada militar. Mas, sob as cinzas do bombardeio, permanece acesa a brasa das crescentes tendências bélicas.

pode haver dúvida de que a decomposição do capitalismo traz em suas entranhas a possibilidade de grandes conflagrações mundiais.

A luta da vanguarda revolucionária se concentra na tarefa de pôr em pé o partido mundial da revolução socialista. É por esse caminho que o proletariado enfrentará o imperialismo e criará as condições subjetivas para avançar em direção ao socialismo. Nossa bandeira: Pela autodeterminação da Síria! Que somente o povo sírio resolva sua guerra civil! Fim imediato da intervenção de todas as potências! Derrotar o intervencionismo armando as massas em uma frente única anti-imperialista!

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:



POR | Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Manifesto Potências bombardeiam a Síria

Fora os imperialistas sanguinários do Oriente Médio!



Na madrugada de sábado, 14 de abril, o imperialismo desfechou um ataque com mais de 100 mísseis contra a Síria. Estados Unidos, França e Inglaterra alvejaram instalações de pesquisa e armazéns em Damasco e Homs, indicados como locais de produção de armas químicas. Alemanha, Espanha, Itália, Turquia, Israel e Arábia Saudita apoiaram os bombardeios.

O ataque das potências foi justificado como medida de defesa dos civis supostamente atacados com armas químicas pelo governo sírio na cidade de Duma (Guta Oriental). Tudo indica, porém, que foi uma armação orquestrada pelo próprio imperialismo. A França diz que tem provas, mas não as apresentou. Estados Unidos e Inglaterra deduziram que Al-Assad é o responsável. A Rússia, por sua vez, afirma que as imagens divulgadas resultaram de uma montagem. Os Estados Unidos e aliados não aguardaram a inspeção da ONU. Acusando o governo sírio do suposto ataque, o imperialismo utilizou a surrada justificativa “humanitária” para bombardear a nação oprimida. O Conselho

impor uma redivisão no Oriente Médio. A divisão que resultou da Segunda Guerra Mundial e que alimentou a “guerra fria” não mais corresponde às tendências políticas e às forças econômicas que necessitam submeter mais amplamente regiões e mercados, que ainda se encontram sob o domínio e influência da burocracia restauracionista russa. Está claro que os Estados Unidos, Israel e aliados europeus pretendem eliminar a influência da Rússia sobre a Síria e a partir daí sobre o Oriente Médio.

As feudais-burguesias estão impedidas de recorrer à autodeterminação e soberania nacionais para decidir os destinos dos países. É o que acontece com o Al-Assad, submetido aos interesses da burocracia restauracionista russa, da qual depende para se manter no poder. Por sua vez, as feudais burguesias árabes servem de base de manobras ao imperialismo e estão obrigadas a expressar os interesses monopolistas. Apoiando-se nas divisões interburguesas, nos choques religiosos e tribais, o imperialismo impulsiona o intervencionismo contra países e movimentos jihadistas, que se colocam como entraves ao expansionismo monopolista.

Essa particular condição reflete, em última análise, o impasse no processo da restauração capitalista na Rússia e na China, assim como a projeção desses governos no mercado mundial e nos conflitos regionais

A Síria está dilacerada e dividida territorialmente pela ação das potências, que agem por cima de suas fronteiras nacionais. A guerra civil internacionalizada serve ao objetivo estratégico de impor uma redivisão no Oriente Médio.

de Segurança da ONU, simplesmente, foi ignorado.

Nessas condições, Trump subordinou a seus objetivos a França e Inglaterra. O ataque da coalizão devia servir para dar a impressão de que a ação representava uma “frente única da democracia” contra o “ditador e assassino” Assad. A seguir, as potências passaram a obrigar a ONU a se subordinar a suas decisões. Querem, depois do ataque consumado, que se cancele a acusação de uso de armas químicas pelo governo sírio. A lei do imperialismo é a de primeiro atirar, para depois usar a ONU como instrumento de “comprovação”.

A Síria está dilacerada e dividida territorialmente pela ação das potências, que agem por cima de suas fronteiras nacionais. A guerra civil internacionalizada serve ao objetivo estratégico de

e internacionais. De forma que o novo ataque do imperialismo expressa o avanço das tendências bélicas de escala mundial. A dilaceração do Afeganistão, do Iraque e da Líbia compõe um quadro de fundo do que se passa na Síria. As justificativas humanitárias propagandeadas pelas potências e seus lacaios semi-coloniais, apenas acobertam as reais determinações econômicas e políticas.

A permanência das tendências bélicas está determinada pelas condições de desagregação estrutural do capitalismo que depende das guerras e da brutal opressão social e nacional para a preservação de seus lucros. 400 mil mortos, mais de 5 milhões de expulsos, um País e sua infraestrutura econômica completamente arrasada refletem essa via. Os explorados do mundo todo devem rechaçar

as mentiras, as falsificações e a hipocrisia sobre os ataques imperialistas à Síria em nome da paz e dos “direitos humanos”.

As massas e nações oprimidas devem desconhecer a ONU e empregar todos os métodos para combater o intervencionismo e terrorismo imperialistas. O que exige da vanguarda operária mundial se colocar ao lado da nação oprimida e lutar pela sua autodeterminação. Qualquer apoio ao intervencionismo imperialista é uma traição à causa dos oprimidos do mundo. Não se pode esquecer, nem por um só minuto, que as guerras civis, as intervenções militares, o esmagamento da autodeterminação nacional e a derrocada dos governos que mantêm uma relativa independência nacional são meios de sobrevivência ao capitalismo putrefato à custa da vida das massas e do agravamento da opressão e saque sobre as semicolônias.

As massas oprimidas do Oriente Médio devem se unir sob uma frente única anti-imperialista, que reúna as forças e vanguardas que combatem o intervencionismo e seus subservientes nacionais. O proletariado mundial, por sua vez, deve apoiar incondicionalmente essa luta das nações oprimidas contra seus opressores. Não se avançará um milímetro na autodeterminação sem a derrota militar e a expulsão do imperialismo do Oriente Médio.

A assimilação da atual experiência constitui o ponto de par-

tida para reorganizar a vanguarda mundial sob o programa e estratégia revolucionárias do proletariado. A revolução socialista mostra-se como a condição para realizar a autodeterminação nacional dos povos oprimidos. A feudal-burguesia e seus sucedâneos pequeno-burgueses são impotentes para libertar a nação oprimida e projetar a unidade revolucionária das massas. Eis a importância de a vanguarda pôr em pé uma direção revolucionária, que aplique o Programa de Transição da IV Internacional nas condições de avanço da barbárie capitalista. O programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio constitui o fundamento da estratégia revolucionária, que elevará as massas árabes ao programa socialista.

***Fora o imperialismo do Oriente Médio!
Em defesa da autodeterminação nacional da Síria!
Organizar a Frente Única Anti-imperialista na
base do armamento das massas!
Combater o imperialismo nas potências com os
métodos da luta de classes!
Lutar em nosso próprio país contra a dominação
imperialista!***

14 de abril de 2018

Armas químicas e intervenção imperialista na Síria

Mais uma vez, os Estados Unidos bombardearam a Síria, sob o argumento dela ter usado armas químicas contra seu povo. Poucos dias antes, Trump havia declarado que retiraria os soldados norte-americanos do País. Agora, depois dos ataques, afirma que é preciso continuar com a intervenção direta. O governo francês aproveitou para exortar a importância dos soldados norte-americanos em solo sírio. Unidos, Estados Unidos, França e Inglaterra decidiram pela descarga de mísseis, sem que apresentassem provas e sem que aguardassem a investigação da ONU, solicitada pela própria Síria.

É bem possível que os Estados Unidos tenham repetido a farsa montada contra o Iraque, acusado de ter armas químicas e nucleares, quando já não existiam. Esse precedente sequer foi considerado pela ONU, que acobertou a decisão unilateral das três potências em bombardear um país num claro ato de guerra. Em seu balanço existista, Trump afirmou ao mundo que os poderosos mísseis destruíram laboratórios e armazéns de armas químicas. Assim, estaria cumprida a missão humanitária de defesa da população síria contra o monstro Bashar al-Assad. E que o principal objetivo continua sendo a destruição do Estado Islâmico.

A imprensa mundial, controlada pelas potências, principalmente pelos Estados Unidos, ocultou o massacre perpetrado em Mossul, por meio de bombardeios. É evidente que o grande problema não está nas armas químicas da Síria, como acusa essa mesma imprensa. Mas sim no ostensivo armamento que somente as potências detêm.

O cinismo dos Estados Unidos e de seus aliados sobre a defesa do povo sírio contra o carniceiro Assad é facilmente desmascarado pela própria história do uso de armas químicas desde a primeira guerra mundial. O imperialismo alemão, usando a poderosa indústria química, entre elas a Bayer e Hoechst, inau-

gurou em 1915 a arma química contra os soldados franceses, na Bélgica. Estimam-se milhares de mortos. Em 1925, se aprovou um primeiro acordo sobre as armas químicas, que proibia a produção. É bom lembrar que as mortes causadas por esse armamento corresponderam apenas a 1%, portanto, 99% resultavam dos bombardeios e confrontos com armamentos pesados. Em 29 de abril de 1997, entrou em vigor a “Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção, armazenagem, utilização de armas químicas e sobre sua destruição”. É claro que esse acordo foi ditado pelas potências. A Síria é signatária da Convenção. A proibição de produção e uso de armas químicas foram considerados como um grande avanço civilizatório. Com tamanha hipocrisia, se escondia o gigantesco impulso na indústria bélica, que chegou aos nossos dias na forma dos mísseis teleguiados altamente precisos e grandemente destrutivos. Ao contrário de um passo civilizatório, se davam vários passos rumo à barbárie.

É preciso, para melhor compreender a questão da arma química, recordar que, depois do imperialismo alemão, o imperialismo norte-americano aprofundou a tecnologia nessa área e realizou importantes experimentos militares na guerra contra o Vietnã. Diante da heróica resistência do povo norte-vietnamita, os aviões da Força Aérea dos Estados Unidos despejaram, entre 1969-1970, 50 mil toneladas de desfolhantes e 77 mil toneladas de gases. Por serem espalhados desde o alto, atingiram indistintamente homens, mulheres, crianças, flora e fauna. Estavam aí marcadas para sempre as consequências anti-civilização e retratado a prepotência do imperialismo. É exemplar, ainda, retroagir ao período de 1946-1948, portanto, após as experiências genocidas da 2ª guerra mundial, quando os Estados Unidos utilizaram a pobre e miserável Guatemala

para experimentos militares, usando a sífilis e a gonorréia como armas militares. Só recentemente, o governo norte-americano reconheceu a imunda experiência e pediu a esfarrapada desculpa aos guatemaltecos. Há ainda uma denúncia que deve ser feita. O Iraque utilizou fartamente armas químicas contra o Irã e os curdos na guerra de 1980-1988. Por trás da indústria química e bacteriológica estavam empresas alemãs, norte-americanas e inglesas. A mortandade de curdos e iranianos ficou inteiramente sob a responsabilidade do Iraque, de maneira que o imperialismo permaneceu oculto.

Esse percurso evidencia a origem e os interesses que estão na base do armamento químico, bem como de todo o armamento. Os maiores destruidores de vidas e de riquezas nacionais podem ser contados nos dedos de uma só mão. Os Estados Unidos se tornaram, finalmente, o maior perigo à humanidade. É conhecida sua capacidade militar de devastação do globo terrestre. Em toda história das guerras, o bombardeio nuclear a Hiroshima e Nagasaki foi o que mais destruiu vidas em poucos segundos. O bombardeio na Sérvia, que matou 60 mil numa só noite, está no currículo dos EUA. É essa potência que despeja uma centena de mísseis sobre a Síria, em nome do povo sírio e da defesa humanitária.

Não temos dúvida de que os sete anos de guerra neste País

Cúpula das Américas

TUDO EM FAVOR DO IMPERIALISMO

A tão esperada presença de Donald Trump na reunião da Cúpula das Américas, realizada em Lima, Peru, não se confirmou. O cancelamento de sua participação se deveu, segundo justificativa do governo norte-americano, a que o presidente não poderia se ausentar de seu País no momento em que se daria o bombardeio da Síria. Os chefes de Estado latino-americanos se comportaram como bons carneirinhos. Apoiaram uma ação bélica contra uma nação oprimida e dilacerada pela guerra internacionalizada.

Em particular, o golpista Michel Temer, representante de uma ditadura civil, em nome do Brasil, condenou as armas químicas e nucleares em clara submissão ao ditado das potências sobre quem pode e quem não pode ter armas dessa natureza. No fundo, sua declaração foi de apoio a Trump. É bom lembrar que o ex-presidente Barack Obama se encontrava no Brasil, em visita a presidente Dilma Rousseff, quando autorizou, em 2011, o início dos bombardeios contra o governo da Líbia. O fato foi engolido pelo governo petista.

Mas, voltemos à 8ª Cúpula das Américas. O seu objetivo principal era o de condenar o governo de Nicolás Maduro. Nisso, os Estados Unidos também estavam à frente. O manifesto assinado por 16 chefes de Estado teve por conteúdo ameaçar o governo venezuelano de não ter o reconhecimento das eleições presidenciais, caso a oposição não venha a participar e os presos políticos opositores não sejam libertados. O vice-presidente dos Estados Unidos, que representou Trump, anunciou que tudo fará para isolar ainda mais o regime chavista, não só na América Latina, mas também em todo o mundo. A informação de que haverá uma “ajuda adicional de US\$ 16 milhões para os refugiados venezuelanos” evidenciou como se está utilizando a imigração como instrumento de intervenção imperialista. Sempre em nome da “ajuda humanitária”, evidentemente.

Os governos brasileiro, chileno, argentino e colombiano se-

se devem à intervenção externa. Regiões inteiras estão destruídas, não pelas armas químicas, mas pelas bombas lançadas pelos modernos aviões e navios de guerra. O imperialismo, norte-americano e aliados, bem como a Rússia restauracionista, são os principais responsáveis pelo prolongamento da guerra e por sua escalada destrutiva. Não temos dúvida de que, se a guerra civil estivesse inteiramente nas mãos do povo sírio, já teria sido solucionada, seja em favor da ditadura de Assad, seja em favor dos opositores. Ou ainda teria sido solucionada pela via revolucionária das massas em luta. Não são as armas químicas que destroçam a Síria e seu povo, mas sim as poderosas armas das potências, que têm por trás os interesses econômicos e estratégicos do imperialismo.

Enquanto o capitalismo estiver em pé e enquanto for capaz de provocar as guerras, as armas químicas continuarão existindo. É preciso, portanto, deixar clara a defesa do direito da Síria de se armar de acordo com suas necessidades de defesa perante as potências. É com esse verdadeiro princípio democrático do direito à autodeterminação da nação oprimida que o proletariado rechaça a intervenção do imperialismo na Síria, no Oriente Médio e em toda a parte. Certamente, a defesa consequente do direito da autodeterminação da nação oprimida conduz à estratégia da revolução proletária.

guem a batuta do intervencionismo norte-americano nos assuntos internos da Venezuela. Todos vomitam democracia e condenam a ditadura de Maduro, como se Temer não representasse a ditadura civil, que foi implantada por um golpe de Estado. E como se Macri, da Argentina, não governasse ditatorialmente, embora eleito, para impor suas reformas antinacionais e antipopulares.

Se a questão da violação da autodeterminação da Venezuela ficou mascarada pelo palavreado democrático, a da corrupção chegou à raia do cinismo sideral. Imaginem o Sr. Temer, todo compenetrado e vestido de homem de bem, discursando contra a corrupção e a moralidade dos homens públicos. A Cúpula das Américas serviu, assim, de tribuna para um delinquente da política burguesa. Isso somente foi possível porque ali ninguém passaria pela prova dos nove. A comédia de horror refletiu, perfeitamente, a escala avançada de putrefação do capitalismo, da burguesia e de seus governos.

Uma observação final. A Cúpula das Américas se realizou precisamente quando Trump lançou sua guerra comercial em torno do aço e do alumínio. O silêncio foi total. Nenhum governo pensou em propor um manifesto contra a prepotência dos Estados Unidos. Mas estavam todos ávidos em condenar a “ditadura” de Maduro, na pobre e oprimida Venezuela. Com se vê, as altas autoridades latino-americanas se comportaram como matilhas da política reacionária de Trump.

Abaixo a Cúpula das Américas, servil ao imperialismo! Pelo direito à autodeterminação da Venezuela! Somente o povo venezuelano pode derrubar e mudar seu governo! Condenemos o bárbaro ataque militar à Síria! Pela organização da frente única anti-imperialista em nossos países semicoloniais, em defesa da real independência e soberania nacionais! Expulsemos, por meio das revoluções proletárias, o imperialismo de nosso Continente! Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

História do Partido Bolchevique

Capítulo 4: 1917, a revolução proletária

Segunda parte

A crise de 18 de abril e a incorporação dos “socialistas” ao governo provisório

Em 18 de abril, estourou uma crise, motivada por uma nota do governo provisório, que declarava a sua posição de continuar a Guerra Mundial até uma “vitória decisiva” e que “cumprirá rigorosamente os compromissos contraídos com os aliados”. No dia 20 de abril, o Comitê Central do partido convocou uma manifestação contra a política imperialista do governo provisório. Nas ruas de Petrogrado, parecia que estava ao ponto de estourar a guerra civil. Pelo menos 100 mil operários e soldados se manifestaram sob as consignas de: “que se divulguem os tratados secretos!”, “Abaixo a guerra!”, “Todo poder aos Sovietes!”. Os contrarrevolucionários, entre eles Kornilov, defendiam que se deveriam dissolver as manifestações pela força, chegando inclusive a dar essas ordens, porém, as tropas se negaram a executá-las.

Em 21 de abril, o Comitê Central do partido aprovou uma resolução, em que assinala que os agitadores e oradores do partido “devem rebater as mentiras infames dos jornais capitalistas e de todos aqueles que os apoiam de que estamos ameaçando com a guerra civil... Enquanto a massa de soldados e operários expressa livremente sua vontade, escolhem e renovam livremente todas as autoridades, num momento assim, toda ideia de guerra civil seria ingênua, absurda e extravagante; num momento assim, é necessário acatar a vontade da maioria da população e a livre crítica dessa vontade pela minoria descontente; se se chegar à violência, a responsabilidade recairá sobre o governo provisório e seus partidários”. A resolução conclui com o chamado aos operários e soldados para que acreditem que o soviete deve renunciar à política de confiança no governo dos capitalistas e realizar novas eleições de delegados.

No dia 21 de abril, o governo provisório divulgou uma nova declaração tranquilizadora, tentando “explicar” sua nota criminosa do dia 18, e o Comitê Executivo do soviete de Petrogrado decidiu, por 34 votos a favor e 19 dos bolcheviques e mencheviques internacionalistas contra, reconhecer que os esclarecimentos do governo eram satisfatórios. Por outro lado, durante as manifestações, um grupo

Diante desta situação, o Comitê Central do partido resolveu acalmar, considerando concluída momentaneamente a crise, e que a “consigna de ‘abaixo o governo provisório’ é incorreta naquele momento, porque, sem uma maioria firme do povo ao lado do proletariado revolucionário, essa consigna ou é uma frase vazia, ou, então, objetivamente, se reduz a tentativas de caráter aventureiro. Nós estamos pela passagem do poder aos proletários e semiproletários somente quando o soviete de deputados, operários e soldados adotem nossa política e estejam dispostos a tomar o poder em suas próprias mãos”.

de militantes da direção de Petrogrado lançou a consigna de derrubada imediata do governo provisório. Diante desta situação, o Comitê Central do partido resolveu acalmar, considerando concluída momentaneamente a crise, e que a “consigna de ‘abaixo o governo provisório’ é incorreta naquele momento, porque, sem uma maioria firme do povo ao lado do proletariado revolucionário, essa consigna ou é uma frase vazia, ou, então, objetivamente, se reduz a tentativas de caráter aventureiro. Nós estamos pela passagem do poder aos proletários e semiproletários somente quando o soviete de deputados, operários e soldados adotem nossa política e estejam dispostos a tomar o poder em suas próprias mãos”.

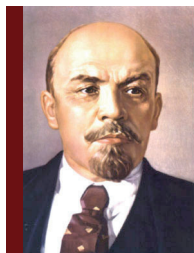
tários somente quando o soviete de deputados, operários e soldados adotem nossa política e estejam dispostos a tomar o poder em suas próprias mãos”.

A pressão das massas levou à renúncia de Miliukov e Guchkov, em 2 de maio. No dia 6 de maio, o governo se viu obrigado a fazer uma virada, propondo aos partidos majoritários dos sovietes formarem um governo de coalizão. Lênin coloca que na “primeira etapa do seu desenvolvimento, a Revolução Russa entregou o poder à burguesia imperialista e criou ao lado desse poder os sovietes de deputados, nos quais tinham maioria os democratas pequeno-burgueses. A segunda etapa da revolução (6 de maio) afastou formalmente do poder aqueles cinicamente favoráveis ao imperialismo, Miliukov e Guchkov, e transformou nos fatos os partidos majoritários dos sovietes em partidos governantes. Nosso partido ficou, antes e depois do 6 de maio, em minoria na oposição”.

Rapidamente, se verificou que a incorporação dos “socialistas” aos mi-

nistérios não mudaria nada. O empresário e latifundiário Tereschenko, novo ministro de Negócios Estrangeiros até a revolução de Outubro, declarou que “a imediata publicação dos tratados provocaria uma ruptura com os aliados”, e, diante dessa declaração, os ministros “socialistas” silenciaram e perdoaram o sistema da diplomacia secreta. “O ministério de coalizão não mudou nada. Os tratados secretos do Czar continuam sendo sagrados para eles”.

Observação: No próximo jornal Massas daremos continuidade, publicando os comentários sobre a VII Conferência de Toda a Rússia.



Apontamentos sobre a História do Bolchevismo

No Jornal Massas, nº 562, expusemos a vitória do leninismo em relação à concepção marxista do partido. Publicamos, também, o Projeto de resolução sobre a atitude do POSDR diante da insurreição armada de 1905. Lênin tratou de colocar o III Congresso em estreita relação com o movimento revolucionário que se chocava com a monarquia e colocava a sua derrubada. O lugar da vanguarda marxista, portanto, era decisivo para organizar as forças do proletariado no campo da independência de classe e separadas das frações burguesas e pequeno-burguesas, que pretendiam circunscrever a revolução democrática à entrega do poder aos liberais e aliados. A decidida organização da insurreição é o que permitiria cumprir essa tarefa.

Lênin destaca três pontos fundamentais do III Congresso: 1) o enfrentamento à crise do partido; 2) a estrutura organizacional do partido; 3) a tática que correspondia à situação revolucionária. Esses três aspectos constam do balanço de maio de 1905, intitulado "O III Congresso", publicado no 1º número do Jornal *Proletari*, aprovado como órgão central dos bolcheviques no III Congresso. Os três pontos assinalados acima foram considerados decisivos para o êxito do Congresso, mas as considerações sobre a revolução em marcha e a resolução sobre a insurreição armada se destacaram por se tratar de um problema novo e por exigir uma tática que correspondesse à estratégia do programa socialista. Nesse sentido, transcrevemos a seguinte passagem do balanço:

"As condições históricas objetivas se apresentam sob um sinal favorável à revolução russa. A insensata e vergonhosa guerra aberta cada vez mais o laço que prende o pescoço do governo czarista e cria uma situação sumamente favorável para o esmagamento revolucionário do militarismo, para uma ampla difusão da ideia do armamento do povo em vez do exército permanente, e para levar com rapidez à prática essas medidas, que contam com a simpatia da população. A longa e ilimitada dominação do absolutismo acumulou no povo reservas de energia revolucionária talvez nunca vistas na história; junto ao vasto movimento operário, crescem e se estendem os levantes dos camponeses e das forças democráticas pequeno-burguesas, sobretudo dos representantes das profissões liberais, se unem em uma aliança. (...) A vitória será possível se o proletariado tencione todas as suas forças. Esse objetivo coloca para a socialdemocracia exigências que jamais, nem em parte alguma, a história colocou a um partido operário na época da revolução democrática. Não temos diante de nós os caminhos habituais de um lento trabalho de preparação, mas temos as colossais e grandiosas tarefas de organização da insurreição armada, de concentração das forças revolucionárias do proletariado, de sua coesão com as forças de todo o povo revolucionário, de assalto armado e de implantação de um governo revolucionário. Nas resoluções, que agora se tornam públicas, o III Congresso procurou levar em conta essas novas tarefas e estabelecer diretrizes de acordo com elas às organizações dos proletários com consciência de classe". (1)

A caracterização do momento e a definição da tática separam o III Congresso dos bolcheviques da Conferência dos

mencheviques. Lênin dedicou atenção especial a essa divergência, uma vez que as novas condições por que passava a Rússia não permitiam discussões de princípios e fundamentos organizativos fora da prática revolucionária. A concepção de partido se manifestava com toda sua concretude nas tarefas da revolução, que se apresentavam em 1905. No artigo publicado no *Proletari* de julho desse mesmo ano, intitulado "III passos atrás", Lênin mostrará a inconseqüência dos mencheviques diante do levante das massas. Eis suas observações:

"Do candente problema da insurreição não nos diz que se tornou em uma 'necessidade', que deve se discutir não só sua importância política, mas também seu 'aspecto prático e organizativo', e que, para isso, há que 'organizar o proletariado' e 'criar, na medida necessária, grupos especiais' (resolução do III Congresso). Nada disso. Diz-nos que 'está excluída' a possibilidade de fixar a insurreição para um determinado prazo e de prepará-la por métodos conspirativos de organização; mais adiante se afirma, em relação a isso, que se se amplia a agitação e a organização, será possível transformar os movimentos espontâneos em 'insurreições planificadas'. Pretende-se que essa embrulhada confusionista proporcione direção ideológica ao partido do proletariado.

O III Congresso do POSDR repete e confirma todas as antigas verdades acerca da propaganda, da agitação, do movimento democrático geral, etc., mas acrescenta a tudo isso a nova missão: organizar o proletariado para a insurreição, explicar o 'aspecto prático e organizativo' dos novos métodos de luta, da luta decisiva pela liberdade. A Conferência, ao contrário, somente fala da 'preparação da insurreição' em geral, repete as coisas arquiconhecidas em torno à agitação e à organização em termos gerais; não se atreve a colocar por sua conta nenhuma tarefa nova, não oferece nenhuma consigna orientadora acerca da necessidade de dar um passo à frente e, concretamente, passar da organização geral, daquela que vínhamos falando desde 1902, ao enfoque prático e organizativo do assunto. Exatamente igual aos velhos 'economicistas'. Quando apareceram na situação novos objetivos da luta política, foram subestimados, divididos em etapas, subordinados aos objetivos da luta econômica.

(...) Não basta a propaganda e a agitação em geral, dizem agora os revolucionários, não basta explicar a importância política da insurreição, é preciso começar, além disso, a criar grupos especiais, lançar-se imediatamente ao trabalho prático de organização, tomar as mais enérgicas medidas para armar o proletariado". (2)

Os acontecimentos de 1905, com o Domingo Sangrento, a rebelião dos explorados e a criação dos soviets (conselhos operários) se encarregaram de dar inteira razão aos bolcheviques e, portanto, elevar o III Congresso a um ponto alto da história do partido revolucionário. Partido que veio a dirigir a insurreição armada em outubro de 1917.

.....

(1) Extraído de Obras Completas, Lênin, tomo VIII, pág. 516

(2) Extraído de Obras Completas, Lênin, tomo VIII, pág. 625